

Bastide  
UNESCO - ANHEMBI

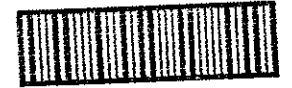
# RELAÇÕES RACIAIS ENTRE NEGROS E BRANCOS EM SÃO PAULO



Ensaio sociológico sobre as origens,  
as manifestações e os efeitos do  
preconceito de cor no município  
de São Paulo.

Sob a direção dos professores  
ROGER BASTIDE e  
FLORESTAN FERNANDES

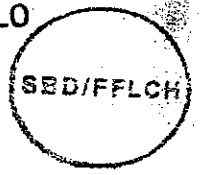
TOMBO . . . 62664



SBD-FFLCH-USP

EXEMPLAR DESTINADO  
BIBLIOTECA

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA  
E DOCUMENTAÇÃO DO INEP  
DISTRIBUÍDO PELO  
REGIONAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO  
REGIONAIS DE S. PAULO



EDITORA ANHEMBI LIMITADA

SÃO PAULO  
1955

uma preta é relativamente raro. Mas faz-se, aproveitando-se das diferenças de nível econômico e das fissuras dos grupos, entre um preto e uma mulata escura, entre um mulato escuro e uma mulata ligeiramente mais clara, e assim por diante, até à mulata "passável" que se casa com um branco. Acabamos de dizer que três quartos dos pretos interrogados não aprovam o casamento fora da côr, mas é preciso acrescentar que o ideal, para todo rapaz, permanece "uma moça de pele mais clara que a minha". Até os racistas mais convictos foram de tal forma influenciados pelas concepções estéticas do meio branco que consideram a branca como o seu ideal de beleza e se casam com moças que, pelos seus cabelos lisos, pelo seu nariz afilado, ou o seu tom de pele, se aproximam desse ideal "ariano".

Compreende-se melhor por que é o mulato que, na opinião de todos, manifesta o preconceito mais tenaz contra o preto. É que ele não quer recuar, do mesmo modo que, entre os brancos, o operário que chegou a uma boa situação tem mais ambição para os filhos, em matéria de casamento, e é o que mais se opõe a qualquer "decadência". Notámos no decurso do nosso inquérito vários casos de mulatos que se opuseram formalmente ao casamento dos filhos com pretos. "Você não tem vergonha de querer casar com um negro?" Não há nenhum paradoxo nisso, como o julgam os brasileiros brancos. É a consequência lógica de toda a política nacional, a do embranquecimento progressivo da população e também da ascensão do grupo preto na escala social, o mulato sendo sempre preferido ao preto na obtenção dos empregos.

## EFEITO DO CONCEITO DE CÔR (\*)

Acabamos de ver que, em certos setores e sob certas formas, faz-se sentir o preconceito de côr — um preconceito que nem sempre ousa dizer o seu nome. Mas em face dos transtornos que a urbanização e a industrialização introduziram na vida, tanto os pretos como os brancos sentem-se hesitantes e inquietos: os antigos valores tradicionais estão desmoronando; alguns indivíduos agarram-se ainda a eles, em vão porém; e as novas ideologias ainda não se cristalizaram e nem se generalizaram. O preto permanece indeciso entre a miscegenação e o racismo. Ao passo que o branco se encontra desorientado diante do "novo negro" e já não sabe que atitude tomar com relação ao homem de côr que se aproveita de todas as fissuras do antigo edifício social para melhorar o seu nível de vida. Naturalmente os valores mudam sempre quando as estruturas sociais se modificam, mas evoluem mais devagar e sempre com certo atraso com referência aos fatos morfológicos. Arrastam após si uma vaga nostalgia do passado abolido. Por isso, temos de levar em conta, neste capítulo, o fato de ser São Paulo uma "cidade em transição", e não separar os efeitos do preconceito dos efeitos das perturbações sociais sobre as ideologias e os sistemas das relações entre as côres. As coisas estão demasiado entrosadas, visto que as ideologias são, por um lado, racionalizações, justificações tardias do preconceito e que, por outro, refletem estruturas sociais, exprimem tipos de relações entre os homens e as côres. Devemos pois estudar essa dupla série de efeitos paralelamente.

## EFEITOS DO PRECONCEITO SOBRE A PERSONALIDADE DO NEGRO

De que modo reage o negro às atitudes do branco a seu respeito? Às barreiras que encontra no caminho, seja na vida profissional seja na vida social? Pelo conformismo ou pela resistência? Pela revolta ou pela fuga? É evidente que aqui o temperamento individual desempenha um papel importante. Mas não se poderão

(\*) Este capítulo foi redigido por Roger Bastide.

encontrar, para além dessa multiplicidade incoerente, que depende da diversidade dos caracteres, certas atitudes coletivas? Há uma classe baixa, como dissemos, e uma classe média de côr, há negros mais ou menos puros e há os mulatos, há por fim os chefes que pretendem sustentar as reivindicações gerais do grupo de côr. Não será possível distinguir diferenças de reações conforme esses grupos? E como um indivíduo se forma sempre num certo meio, e dele recebe seus quadros e seu sistema de referências, é provável que as reações pessoais se moldem mais ou menos pelas do grupo.

O prêto de baixa classe está habituado à sua situação inferior com relação ao branco. Percebe tudo o que lhe falta, tanto sob o ponto de vista da instrução como dos recursos econômicos, para poder entrar em competição com este último. Se é recusado em certos lugares, bares, salões de beleza, clubes, sabe que o branco de igual condição também não é recebido ou só dificilmente. Por conseguinte, o problema da côr não se apresenta para êle com a mesma intensidade, e o ressentimento contra o branco, quando se revela, permanece cuidadosamente localizado. Para a mulher, por exemplo, contra os patrões que preferem empregar, brancas como domésticas para os serviços "finos". Para o homem, na concorrência sexual, ou contra o imigrante, recém-chegado, que pode prejudicá-lo no mercado do trabalho. De modo que muitos pretos dessa classe consideram, nas respostas ao nosso inquérito, que o Brasil não tem preconceito de côr. Ou, mais exatamente, que tem um, mas que não se manifesta contra o negro.

Isto posto, duas atitudes são possíveis. A primeira é a da capitulação passiva, é a aceitação de "ficar no seu lugar". Esse conformismo é aliás inculcado à criança de côr muito cedo. Quando o menino quer continuar a frequentar a escola ou a menina uma oficina especializada, os pais dizem: "Para quê? Prêto foi feito para os trabalhos brutos, isso não adianta nada". Consideram êles que o esforço de ascensão, numa sociedade dominada pelo branco, não é recompensado, e que o melhor é ainda encostar-se a um branco que pode ser útil, a menina empregando-se como doméstica em casa de gente boa, o rapaz lavando automóveis. Uma ideologia, aliás, justifica por vezes esse conformismo, herança do cristianismo ou da antiga escravatura, a do Destino: aceitação da própria sorte, porque está escrito, por toda a eternidade, nas leis divinas: "Se Deus quiser..." O hábito da docilidade, de fazer exatamente o que o branco espera do negro, impede que se veja o lado moral do problema para deixar transparecer apenas o lado concreto: "O prêto não tem cabeça" diz-nos um dêles. Como é que pode igualar ao branco? E se êle refletir, será, não para se levantar contra o branco, mas contra os outros negros. Está acostumado a ser dirigido pelo bran-

co, nunca viu o negro ocupar posições de autoridade. De modo que desconfia dêle, não irá consultar um médico nem um advogado prêto, recearia ser mal aconselhado. Não falemos de ciúme. O ciúme não funciona neste nível. O que domina, pensamos, é a idêia do prêto da classe baixa de que nada tem a esperar da classe média ou alta, sobretudo quando se sente cortejado por êste dos interêsses negros. É uma reflexão que se ouve com frequência nas zonas dos cortiços: "O prêto que funda sociedades só pensa em se aproveitar de nós, para ter dinheiro ou para fazer nome, entrar na política e, depois, conseguir um bom lugar. Mas assim que obtem o que quer êle nos abandona. Um sujeito que vivia atrás de nós agora nem nos cumprimenta. Quando nos vê, vira a cabeça e anda mais depressa. Tem vergonha de nós". Não se pode deixar de notar, nesse conformismo, um certo realismo; o prêto teme perder o pouco que tem, as possibilidades novas que se abrem a êle, tomando uma atitude de resistência brutal contra o grupo branco. Prefere, num mundo dirigido pelo branco, o apoio dêste último ao do prêto, que ainda não está bastante seguro nem consolidado.

Esse realismo, vamos encontrá-lo ainda mais nítido na segunda atitude possível da baixa classe. Trata-se ainda de aceitação, mas desta vez não mais passiva, ao contrário, ativa. No primeiro caso o que se aceitava era a sociedade antiga, tradicional, que o prêto julga existir ainda. No segundo caso, o prêto se dá conta da novidade introduzida pela industrialização, e o que aceita é a nova sociedade, a sociedade de classe. O operário branco tem direitos, um certo estatuto, escolas técnicas, possibilidades de promoção no emprego, e de melhora de salário. O prêto reconhece que não pode entrar em competição com êle para os postos de direção, mas o proletariado lhe fornece, em todo o caso, possibilidades interessantes de ascensão dentro da classe baixa. A pesquisa que fizemos entre os pretos compreendia entre outras as questões seguintes: Que posições imagina poder preencher? Que profissão teria desejado seguir? — Ora, contrariamente ao que se afirma em S. Paulo, de modo geral, o prêto não procura subir para ter mais "aparência" mas para ter maior segurança econômica; não procura parecer, mas ser. As profissões liberais que em geral passam por ser o ideal do prêto, que desejaria ser "o que o branco é", vêm de fato em segundo lugar; o prêto aceita a sociedade de classes para fazer dela o ponto de partida da sua ascensão. Por exemplo, para as mulheres a posição mais cobiçada é a de costureira, em primeiro lugar porque existem em S. Paulo diversas escolas de costura (é portanto um ofício possível), depois porque o trabalho é bem remunerado e pode ser feito em casa, ao mesmo tempo em que os trabalhos domésticos, e talvez também por

ser um ofício respeitável. E é preciso notar que as modistas recebem frequentemente o tratamento de "Madame". De modo que as domésticas, ou lavadeiras desejariam ser costureiras — e mesmo operárias — de preferência a professoras ou datilógrafas. Se agora passarmos aos homens, verificaremos que bem poucos querem ser funcionários, é uma posição que não rende bastante, mas a grande maioria desejaria ser mecânico ou motorista. Entretanto o ofício de mecânico é "sujo", mas, além de haver em S. Paulo escolas técnicas, é um ofício bem remunerado e que dá independência. Também se deve levar em conta que esse trabalho não foi degradado pela escravatura, pois os escravos não faziam serviços que exigiam o uso de máquinas, as quais eram confiadas a técnicos estrangeiros. Quanto ao ofício de motorista de taxi ou de caminhão não exige um aprendizado longo e custoso, nem um nível de estudos elevado; mas constitui um trabalho decente e seguro do ponto de vista econômico, além disso, um motorista é sempre bem tratado. Como se vê, a aceitação é ativa, aqui; trata-se de tirar proveito da sociedade de classes, com a mobilidade vertical que ela torna possível, sem querer forçar as etapas. Trata-se de tirar proveito da industrialização para sair da plebe, da massa dos trabalhadores não especializados, atirados de um lado para outro, e chegar ao nível do que os norte-americanos chamam trabalho "semi-independente", chegar a uma profissão manual, porém honrada.

Mas este segundo grupo da classe baixa percebe os limites da competição também. Encerra-se no terreno em que pode vencer, não procura forçar aquele em que não é aceito. Sabe que poderá ter com os brancos boas relações no trabalho e como vizinho (pequenos favores mútuos, em caso de necessidade, de doença, cumprimentos respeitosos na rua, uma palestrinha) mas que lhe será mais difícil forçar a porta de casa, a intimidade da vida social, entrar nos bailes dos brancos. Ele vive pois bastante isolado, recebendo sobretudo amigos de cor; tem seus clubes de futebol nos subúrbios da cidade, e os rapazes frequentam os bailes de negros, para exibir a sua "virilidade".

Encontramos atitudes análogas na pequena classe média. Ela preocupa-se antes de tudo de evitar choques, por conseguinte aceita a ordem existente. Aceita-a tanto melhor quanto essa ordem lhe permitiu uma elevação do nível econômico e uma certa posição social. Essa classe evitará os choques com tanto maior cuidado por quanto já sabe o que eles significam por experiência própria, seja na escola seja na profissão. Em geral, conforme os resultados do nosso inquérito, os seus membros jamais cortejaram mulheres brancas a fim de evitar "contras". E contentam-se, na profissão, em obedecer aos chefes, manter relações puramente formais com os colegas

brancos, de cortesia, não de camaradagem. Têm prazer em receber brancos em suas casas, se os brancos lá forem espontaneamente, mas não os procuram, e o círculo dos seus amigos verdadeiros se restringe ao das pessoas da mesma cor: "Para conservar a amizade, cada qual deve guardar as distâncias". "Há lugares em que não me apresento, sei que certos brancos me tratariam bem. Mas não me sinto bem no meio deles." "Quando saio com minha mulher, evito lugares onde sei que o prêto não é recebido. Pois se eu não fôsse servido reclamaria e o garçom me diria: Bem se vê que é um negro. E é isso que eu quero evitar". O homem de baixa classe não ignora as zombarias a respeito da sua cor, sabe que o tratam de "urubu" ou de "saco de carvão", ou de tição, mas o homem da classe média tem uma sensibilidade mais fina e melindrosa e sofre muito mais com qualquer vexame. A instrução e a educação desenvolveram nêlo o senso da dignidade humana. Prefere afastar-se, caso pressinta que lhe querem impor uma segregação humilhante. Ele sabe que poderia vestir-se bem e penetrar num salão de barbeiro frequentado por brancos, mas sabe também que terá de esperar horas, e que no fim sairá dali mal barbeado ou com o rosto lanhado, para que não se lembre de voltar. Ou poderia também impor-se, valendo-se da lei Afonso Arinos, que pune todo hoteleiro que recusar um prêto num hotel elegante; mas dar-lhe-iam o pior quarto e o serviço seria mal feito.

A classe média aceita, pois, a ordem existente. Encontrou outras armas contra as barreiras: em vez da força, a paciência e a ironia. É preciso procurar sempre o lado bom das coisas, divertir-se com a vaidade dos brancos, responder a uma zombaria com outra. Ao filho que se queixava de ter sido chamado de negrinho na escola, o pai recomendou que chamasse o companheiro de "branca-de-neve", pois é sabido que os meninos não gostam que os tratem de meninas. Há pois um princípio de humorismo nessa classe, mas é um humorismo crispado que tem às vezes um gosto de lágrimas engulidas.

O ajustamento do negro à sociedade dos brancos manifesta-se ainda de outro modo, pela aceitação dos estereótipos do branco sobre os negros, mas dando-lhes um novo sentido, isto é, aplicando-os a uma só classe, a plebe negra, e não ao conjunto de cor. A classe média de cor preocupar-se-á antes de tudo com a respeitabilidade e a honorabilidade. Será, como a dos Estados Unidos, puritana. Justificará a sua ascensão aos olhos dos brancos separando-se o mais possível da baixa classe, recusando-se a qualquer contacto que possa comprometê-la e fazer-lhe perder a dignidade, essa dignidade tão duramente conquistada. Isto é muito claro quando se fala com os pretos proprietários de casas, que vivem nos arrabaldes da cidade, onde os terrenos são menos caros, e que evitam toda relação com

os pretos de categoria inferior ou de moralidade duvidosa. No entanto, não procuram entrar em contacto com seus vizinhos brancos, pois a menor alusão à sua côr, que poderia surgir no decurso da conversação, ser-lhes-ia intolerável. Uma mulher desse grupo social disse-nos, referindo-se a uma italiana, sua vizinha, que não podia frequentá-la porque ela costumava gritar a todo o instante, quando executava um trabalho duro, "um trabalho de negro!". Esses pretos vivem assim inteiramente isolados, recebendo apenas os membros da família, dispondo de pouco dinheiro (devido à prestação mensal da casa) para ir ao cinema, e contentando-se com o rádio, porém tratando de criar cuidadosamente os filhos, de dar-lhes instrução, não os deixando brincar na rua, procurando mandá-los a boas escolas pagas do bairro, evitando qualquer ato que os possa "desclassificar" na opinião pública. De modo que eles são considerados esquisitos nos bairros, pelo isolamento em que vivem e pelo puritanismo. "São pessoas que nunca se divertem, sempre fechados entre quatro paredes, sem nunca ver ninguém. São certamente meio loucos". Alguns deles entretanto têm prazer em exhibir a própria elevação, aceitam fazer parte de associações culturais de pretos ou de clubes de futebol; se são católicos, da Irmandade do Rosário dos Pretos. Mas a maioria receia ter mais a perder do que a ganhar dando a sua adesão a movimentos de côr; de perder, por um título de presidente de clube, os resultados já obtidos perante a opinião pública, de homem "decente". A vida familiar basta-lhes.

Isso não quer dizer que não haja, na classe baixa e na média, momentos de revolta, quando, apesar de todos os esforços de ajustamento, sofrem a ferida do preconceito. Mas, na classe baixa, essas revoltas estalam como tempestades de verão que se acalmam após o primeiro clarão. Não existe "complexo de revolta".

Na classe média trata-se antes de uma cicatriz secreta. Pode-se trazê-la à luz do dia seja por processos psicanalíticos, por exemplo, o estudo dos sonhos (verificamos muitas vezes a importância do sonho do assassínio coletivo nos mulatos dessa classe) ou por meio do que se poderia chamar "o teste da bebida". Um jovem preto alegre, simpático, muito amigo dos seus colegas brancos, assim que começa a beber não pode mais dominar as suas palavras e dá livre curso ao seu ressentimento contra os brancos.

A revolta nota-se mais claramente na classe dos intelectuais, dos líderes de côr que se preocupam com a organização da classe preta para fazê-la progredir mais depressa na sociedade. Mas o que nos chama a atenção quando abordamos essa classe, é a ausência de uma ideologia coerente, a multiplicidade dos pontos de vista, multiplicidade que manifesta a não-existência de um sentimento racial comum, mas ao contrário a importância das diferenças de persona-

lidades. Certos intelectuais que tiveram de lutar para triunfar, não querem perder o terreno conquistado, por uma política de violência; ao contrário, tudo farão para ganhar a confiança de seus colegas brancos, para captar a sua simpatia e impor-se em seu meio pelo valor moral e pela capacidade. Há outros, porém, que têm a obsessão do tratamento diferencial, verificam-no em certos casos e generalizam-no, levando sempre à conta da côr o que às vezes se deve atribuir à classe, ou à conta das barreiras raciais, malogros que podem às vezes provir de uma falta de preparo escolar ou de capacidade técnica. Sentem-se antes de tudo "negros" embora alguns dos líderes sejam às vezes mulatos. Mas mesmo os escuros frequentaram escolas superiores, foram criados segundo as normas dos brancos, "mulatizaram-se", conforme a expressão de um deles. É justamente a razão pela qual, aliás, sentindo tão bem a sua homogeneidade de sentimentos e de idéias com os brancos, eles percebem que a única diferença que os separa é a pele. Tomaram consciência da sua "negrura". E sobre ela vão edificar toda uma filosofia.

#### A PROCURA DE UMA IDEOLOGIA DA RAÇA NEGRA

Foi somente após a guerra de 1914-1918 que o negro tomou consciência da sua condição. Primeiro, contra o imigrante que, tendo chegado ao Brasil tão pobre como ele, conseguiu subir na escala social, enquanto ele permaneceu em baixo. E também sob a influência dos partidos socialista e comunista que fazia uma propaganda ativa entre o proletariado de côr, em particular por ocasião do caso de Scotbar. Ao mesmo tempo, o movimento modernista descobriu a estética africana e contribuiu assim para que o negro se sentisse orgulhoso de suas origens; não se deve esquecer, com efeito, que o movimento modernista nasceu em S. Paulo.

Mas foi na velha cidade tradicional de Campinas que se impeliu o primeiro jornal negro, em 1924, "O Getulino", jornal de reivindicação e de combate. E será somente quando os fundadores do jornal se mudarem para São Paulo que a idéia de uma organização de gente de côr tomará forma. O jornal negro da capital, O CLARIM DA ALVORADA, de pretensões puramente literárias, começou a tornar-se mais combativo. Entretanto, a maioria dos grupos de pretos, como Kosmos, não passavam ainda de sociedades de beneficência ou recreativas. A Federação dos Homens de Côr, organizada pela Irmandade do Rosário, teve uma duração efêmera, e a Sociedade dos Amigos da Pátria perdeu-se na política local. O negro tomava apenas muito lentamente consciência da sua "negrura".

Foi então que o major Antonio Carlos teve a idéia de fundar uma Biblioteca para Negros, o Centro Cívico Palmares. Mas foi logo obrigado a mudar de orientação. O chefe de polícia da época, o dr. Bastos Cruz, baixara uma circular proibindo a entrada na Guarda Civil aos homens de côr. O Centro Cívico transformava-se então num centro de luta contra os preconceitos de raça. Esse movimento de reivindicação foi ativado pela chegada a S. Paulo de um prêto semi-analfabeto, porém orador de grande classe, Vicente Ferreira. O espírito de luta substituiu pouco a pouco o de submissão passiva e, quando o jornal italiano "Fanfulla" publicou o seu célebre artigo contra os negros, bandos de homens de côr tentaram penetrar nas oficinas do jornal para empastelá-lo.

Entretanto, tratava-se ainda de uma pequena minoria, apenas, sem grande apoio numérico, uma elite racial. Mas a crise de 29, agravando as condições de vida da classe baixa, e aumentando a desocupação, criou um clima mais favorável aos protestos até então isolados dessa elite. Os pretos entusiasmaram-se pela revolução de 30, dirigida contra o Partido Republicano, apoiado na velha aristocracia local. Convém notar que todos os movimentos reivindicadores nasceram no bairro do Bexiga, habitado também por italianos, e não na Barra Funda, que no entanto é a zona de maior densidade da população de côr. É que o negro do Bexiga via o imigrante elevar-se pouco a pouco na sociedade e descobria assim um horizonte mais amplo para as suas próprias ambições. Foi então que se fundou a Frente Negra em 1931, dirigida pelos dois irmãos Veiga dos Santos. Mas um dos dois inspirou-se nos movimentos nacionalistas europeus, como o Fascismo ou o Hitlerismo, para melhor desenvolver o espírito racista e anti-branco dos seus compatriotas de côr. Razão por que certos pretos, como os do "Clarim", se recusaram a entrar no movimento. Apesar de tudo, a Frente Negra obteve um enorme êxito, não somente na capital e no interior do estado de S. Paulo, mas em quase todos os recantos do Brasil. Pode-se dizer que foi o principal responsável pelo despertar de uma consciência racial no negro.

A Frente Negra acabou por registrar-se como partido político, mas não teve tempo de agir sob essa forma, pois Getúlio Vargas suprimiu em 1937 todos os partidos políticos existentes. E o movimento de organização e de protesto não recomeçou senão muito depois, em 1945, por ocasião da queda do governo pessoal de Vargas.

Podemos pois parar aqui e examinar, através dos jornais e artigos desses líderes de côr, entre 1925 e 1937, o nascimento de uma ideologia de combate ou em todo o caso de defesa do prêto. Em particular através do jornal da associação "A Frente Negra", "A Voz da Raça". Ora, o que nos chama a atenção em primeiro lugar é

a negação de certos traços africanos, por exemplo, a abundância de publicidade para os cremes alisadores de carapinhas, ou ainda a recusa das tradições africanas, como as congadas e os batuques, para substituí-las por manifestações copiadas dos brancos, como o coroamento das rainhas de beleza, os pique-niques no campo etc. Enquanto isso, êsses jornais tentaram glorificar "a raça" transcrevendo páginas de antropólogos anti-racistas ou dedicando artigos aos escritores, heróis, santos de côr. Sente-se pois a vontade manifesta de substituir pela imagem do antigo prêto, mais africano que ocidental, mais exótico que nacional, a imagem do "novo negro". Racismo talvez, porém racismo penetrado dos valores e das normas dos brancos. A mesma hesitação encontra-se entre o enquistamento e a miscegenação. De um lado, defende-se o "mulatismo", considera-se, contra o descendente de imigrantes, que só o brasileiro que tem um pouco de sangue negro nas veias merece o título de brasileiro, exprime-se satisfação e orgulho pela solução dada pelo país ao problema racial. Por outro lado, manifesta-se receio diante do embranquecimento progressivo da população que elimina, pela mestiçagem, os melhores elementos da raça negra. Por fim, um último traço digno de nota, é a aceitação da verdade dos estereótipos dos brancos sobre os pretos, de onde uma intensa campanha de educação que vai até os conselhos práticos: como comportar-se num salão, como assoar o nariz... , insistindo na necessidade de deixar a bebida, de não vadiar, e, mais ainda, de instruir-se. Sempre a imagem do "novo negro" que é preciso substituir à antiga. Mas, ao mesmo tempo, êsses jornais estão cheios de artigos violentos contra as manifestações do preconceito e contra a má fé dos brancos.

Há pois uma ambivalência nessas ideologias, uma flutuação entre o racismo puro, o orgulho da côr, e um sentimento de inferioridade, que leva à imitação do branco, à adoção dos seus pontos de vista, e à tentativa de apresentar a imagem de um negro branco. O inquérito que fizemos no meio negro conduziu-nos, sobre diferentes pontos, a resultados análogos. Fizemos a seguinte pergunta: Que pensa da situação do negro nos Estados Unidos?

Os que conheciam o assunto, sentiam uma certa atração por êle, orgulhavam-se de saber que negros podiam ser capitalistas, possuir automóveis e residências particulares, tornar-se banqueiros ou homens de negócios, mas compreendiam o preço que era preciso pagar por tudo isso. Ninguém queria perder nem uma parcela do clima tão mais livre e afetivo do Brasil. A miscegenação era aceita pelos mais racistas de todos os informantes, mas considerava-se uma solução demasiado longa; enquanto se espera, é preciso viver, e viver é lutar para subir. Um racismo provisório e mitigado é pois necessário. Um racismo que seja uma técnica para ultrapassar

o racismo. Despertar a consciência dos pretos a fim de incitá-los a entrar numa sociedade de competição econômica, para que possam, em igualdade de condições, bater o branco no seu próprio terreno. A cada qual a recompensa que merece conforme as suas capacidades.

Mas essa tomada de consciência da raça como tal vai, por sua vez, assustar o branco, levantar um ressentimento contra o outro. A política de embranquecimento, diz o negro, termina por deixar o homem de cor sem ajuda, pela preferência dada ao estrangeiro, sem nada fazer para diminuir a espantosa mortalidade do homem negro, sobretudo a infantil, nem para suprimir os cortiços em que as moléstias infecciosas se desenvolvem com uma rapidez desconcertante, em que a tuberculose reina. Quanto mais depressa morrerem os negros mais depressa o país se tornará branco. E o branco responde: tínhamos uma solução suave e bem dentro da nossa tradição democrática, pouco a pouco os sangues se mesclavam e o negro diluía-se na massa branca, e eis que certos líderes fazem, de seus complexos de inferioridade, doutrinas ideológicas, separam o que se estava unindo, introduzem um fermento de discriminação, de segregação, com todas as suas sociedades e jornais de combate. Excitam a classe baixa contra a ordem existente e introduzem por toda parte a desordem, a reivindicação, a arrogância. Alguns artigos de jornalistas brancos ilustrarão esse recuo do branco: "Não sou nem contra o judeu nem contra o asiático nem contra o africano. Não tenho preconceito racial... Mas a negra moderna, arrumadeira, ou cozinheira, é o desespero de todas as donas de casa... Elas perderam hoje todo senso de hierarquia. Pintam as unhas, usam "baton" nos seus lábios roxos, passam pó de arroz nas suas faces pretas, lustram os cabelos com brilhantina e fazem tranças feito cordas de navios. No Brasil dá-se o contrário dos Estados Unidos. Aqui é o negro que quer separar-se do branco. Já na revolução de 30 eles fizeram questão de formar um batalhão independente. Nas sociedades negras um branco só pode entrar excepcionalmente, e é comum a formação de organizações artificiais como frentes negras, legiões negras, etc... Existe hoje uma repulsa do negro contra o branco. Nos Estados Unidos são os brancos que lincham os negros; aqui o que se começa a ver é o negro atacando o branco sem o menor motivo, impellido apenas pelo ódio de um preconceito que começa a se arraigar entre os de cor. Uma coisa é perfeitamente nítida: o Brasil quer ser um país branco... É o branco que vai absorver o negro e não o negro que, no futuro, vai prevalecer sobre o branco. Ora, o lirismo sociológico de Gilberto Freyre, aliado à perda de toda disciplina, permitiu a confusão que hoje se nota e que levou o negro analfabeto à convicção de que o brasileiro legítimo é ele".

É aqui que notamos todos os malefícios do preconceito, mesmo sob as suas formas mais anódinas e mais veladas. A escravatura deixou uma surda irritação no coração do negro, e essa irritação manifesta-se ao menor gesto de diferenciação.

Há uma desproporção aparente entre a causa, que é o preconceito, e os seus efeitos, porque a causa passa através de uma personalidade humana, libertando todos os ressentimentos ocultos, despertando todos os traumatismos antigos. Mas essa irritação do negro perante o branco, sobretudo do branco de boas intenções, que se julga sem preconceitos, determina neste último uma violenta cólera; ele diz que nada tem a esperar dos negros, e o seu preconceito se fortifica ou se acentua. É mais um exemplo do fenômeno da "bola de neve" que se vai avolumando à medida que rola. É o que se está passando em São Paulo, um preconceito que se desenvolve por ação e reação recíproca, o preconceito restrito do início suscitando, no negro organizado e consciente, um ressentimento, e o ressentimento do negro suscitando, por sua vez, atitudes de hostilidade mais nítidas no branco. As quais vão ainda retezar mais o negro contra o branco e assim por diante, sem que se saiba onde e como será possível pôr um termo ao fenômeno.

#### O DOMÍNIO DO AJUSTAMENTO INTER-RACIAL E DA CONSERVAÇÃO DA ORDEM SOCIAL EXISTENTE

Vimos no capítulo anterior que o preconceito se apresenta como uma auto-defesa do branco, quando se sente ameaçado pela ascensão do homem de cor. Trata-se de manter a pirâmide atual das ocupações, com o branco nos postos de comando e o negro nos postos subalternos. De que modo o preconceito consegue esse resultado? E quais são os seus efeitos na ordem existente? Por que mecanismos agirá ele contra todas as agitações que ameaçam perturbar as estruturas sociais tradicionais? Como no parágrafo anterior fomos levados a estudar as ideologias dos negros como sinal de tomada de consciência da "raça", devemos agora estudar as ideologias dos brancos como sinais de auto-defesa e como instrumentos de controle social.

Os brancos já não condenam o negro como um ser congênitalmente inferior. Se ainda se encontra essa idéia em alguns imigrantes da classe baixa, ela já não existe entre os brancos educados. Mas o branco afirma que o negro tem um duplo "handicap", a África e a escravatura. Alega que os negros que vieram ao Brasil procediam às vezes de regiões relativamente civilizadas, como a Nigéria ou o Dahomey, mas na generalidade pertenciam a um continente

de "selvagens" ou de "bárbaros" e ainda não se livraram até hoje, salvo raras exceções, de sua mentalidade "primitiva". A escravidão, por sua vez, reduzindo êsses homens a "pés e mãos" a serviço dos senhores da terra, embrutecendo-os na dura labuta dos campos, extinguindo o sentimento da dignidade humana sob os golpes dos açoites dos feitores e, por fim, a abolição, feita sem uma educação prévia das massas de côr, impediram o negro de se integrar na civilização ocidental. Ele continua a viver à margem. Pois não busca instruir-se, nem melhorar a sua situação. Não tem constância nem energia no trabalho. Prefere vagabundear pelas ruas e beber pinga, assim que arranja um pouco de dinheiro, em vez de economizar. Ou então vive à custa da criada de côr que lhe dá o dinheiro que ganha, e à noite o recebe em seu quarto, enquanto os patrões dormem. O branco sustenta que não tem preconceito de côr, e a prova é que ajuda alguns pretos, os melhores, a conquistar bons empregos, mas como ajudar uma compacta massa amorfa e sem vontade? São afirmações que ouvimos da boca de todos os empreiteiros, industriais ou comerciantes. Alguns dão exemplos ilustrativos, experiências que fizeram e que foram tão desfavoráveis para o negro que o branco desistiu de prosseguí-las, de empregadas que se arrogavam todos os direitos e passavam o tempo discutindo com o gerente, de operários que, depois do primeiro salário, não voltavam mais ao trabalho sem nem sequer avisar o patrão, ou que se entregavam a brincadeiras de mau gosto como por exemplo fazer suas necessidades na água potável, etc. O negro, dizem êles, não é capaz de trabalho organizado, não tem o senso de responsabilidade profissional, não sabe servir-se de máquinas, não gosta de submeter-se a um horário fixo e regular, é capaz apenas de trabalho bruto e não-especializado, como transportar pesos, carregar e descarregar caminhões, limpeza grosseira. Numa palavra, os brancos não querem ver o esforço dos homens de côr para se integrar na sociedade de classes, como proletários: mantêm a imagem do "antigo negro", a fim de isolá-lo em certos setores da sociedade e deixar a outros brancos os empregos mais bem remunerados ou mais "decentes".

Mas essa ideologia não serviria ao branco senão para se justificar aos seus próprios olhos se, por uma técnica subtil, não passasse ao negro e não se tornasse uma ideologia deste último. Aí começa a sua função de controle social. A escola vai iniciar o processo. No fundo, as punições mais severas do mestre, as zombarias dos companheiros de brinquedos não têm outra finalidade senão dar ao prêto um espírito de submissão, ensinar-lhe bem cedo a se conformar, a aceitar a sua situação inferior. Os livros de leitura, em uso nas classes, apoiam êsse servilismo. Apresentam sempre o negro numa situação inferior de doméstico, como se quisessem dar

ao branco a impressão da sua superioridade e justificar a sua dominação econômica. A propósito de um negrinho, um dêles escreveu: "Ele não tem culpa de ter nascido assim", como se a côr fosse um objeto de piedade e não de respeito. Outro escreve a propósito da raça branca: "é a mais bela e inteligente de todas". Na família tradicional ajudam de fato certos pretos a subir, mas ao preço de separá-lo do resto do grupo, isolando-o, cortando-lhe as raízes sociais, inculcando-lhe uma etiqueta e um ritual nas suas relações com os brancos, que distinguem as diferenças de côr e de nível social, que o mantêm numa posição subordinada de respeito e de reconhecimento. O prêto é assim pouco a pouco embebido não só da mentalidade mas ainda dos valores do branco. Para empregar uma expressão psicanalítica, dão-lhe um "narcisismo" branco, êle admira-se na medida em que pensa e sente como um branco, em que se sente "latino", "ocidental" e não mais africano. "Nós, latinos...", disse um orador prêto no início de uma conferência ou discurso. / E é por isso que ouvimos os líderes negros repisar os mesmos temas que os brancos, afirmar que o negro é responsável pela situação, que esta é fruto dos seus vícios e da sua ignorância, e é por isso que as suas associações improvisam cursos de alfabetização ou de costura, e os seus jornais dão conselhos sobre a conduta e insistem tanto na necessidade da educação. Os que estão subindo sentem-se chocados pela grosseria dos seus irmãos de côr, sentem nêles uma ameaça ao seu prestígio, e, então, tentam encarnar em suas pessoas, "a moral do branco", gostam de se mostrar bem vestidos, agindo como "gentlemen" e, para isso, separam-se dos outros negros, procuram a companhia de brancos, querem que se diga deles: "O senhor não é um prêto como os outros. É um prêto de alma branca". Ouvimos mesmo um deles proclamar: "O que seria preciso fazer é uma limpeza a fundo da sociedade preta", prender todos os criminosos, os vadios, as prostitutas, os malandros, para ficarmos livres deles de uma vez, e impedi-los assim de prejudicar os elementos respeitáveis da raça". Ao preconceito do branco corresponde por conseguinte um preconceito do negro contra o negro, do mulato ou do negro bem sucedido contra a plebe de côr.

E é dessa maneira que as ideologias do branco se transformam numa técnica de controle. Dividir para reinar. Atiçar o prêto contra o prêto. A ascensão de alguns elementos escolhidos não é pois o sinal de uma ausência de preconceito contra o grupo de côr, mas ao contrário um meio de impedir a formação de uma consciência racial. "É preciso animar os pretos a subir, disse-nos um branco, para consolá-los de ser pretos".

É a continuação e a forma moderna da velha política colonial. Então, tratava-se de impedir, numa população em que o branco constituía uma pequena minoria, a formação de um bloco de todos



os escravos contra os Senhores. Os Governadores portugueses e a Igreja esforçaram-se para isso, mantendo cuidadosamente todas as diferenças étnicas, a existência de "nações" separadas e antagônicas, "Nagôs", "Dahomeanos", "Minas", "Angolas", "Moçambiques". Foi essa política que impediu a generalização das revoltas e fez que todo movimento fosse conhecido com antecedência pelos brancos através dos escravos de outras nações. Trata-se, agora, sob uma forma semelhante, de afogar a consciência de raça entre os homens de cor. A distinção do negro rico e do negro de classe baixa favorece essa política. Mas há ainda outros tipos de ação. Muitos negros desejam a constituição de um partido negro independente, com a sua massa de eleitores de cor, reunidos em torno de um programa de reivindicações comuns, e seus próprios deputados. A Frente Negra obedecera a essa tendência. A luta dos partidos políticos pelo poder vai, ao contrário, colocar os negros uns contra os outros. As últimas eleições de 1951 são um testemunho disso. Borghi teria feito, num discurso, a apologia dos imigrantes contra os negros. Os seus adversários políticos imediatamente organizam desfiles de protesto pelas ruas de S. Paulo. Porém Borghi nega ter pronunciado tal discurso. Há no seu partido candidatos de cor. O resultado da manobra foi a dispersão dos votos dos pretos e a derrota de todos os candidatos de cor. O negro não pode defender-se nas câmaras e nas assembleias. É obrigado a aceitar a proteção do branco. O domínio da classe dominante se exerce até no terreno de suas reivindicações.

Essa fiscalização não pára aí. Não basta impedir a união dos negros. É preciso também, visto que alguns de cor sobem, vigiar essa ascensão, para que não seja demasiado rápida ou em número muito grande. A ascensão deve ser individual e não coletiva. É por isso que a vigilância se exerce a um tempo sobre a massa e sobre as pessoas. O negro que sobe sentirá sempre que deve a sua ascensão apenas à amizade ou à proteção do branco, e não aos seus próprios esforços. Será bem tratado, mas dar-lhe-ão a entender que não passa de um subordinado, e que, se não corresponder às expectativas de comportamento que o branco espera dele, poderá cair de novo. É o que explica, pelo menos em parte, por que o paternalismo continuou numa sociedade capitalista fundada, por conseguinte, na livre concorrência. Esse paternalismo subsiste, apesar de tudo, na nova estrutura social, porque é um meio de controle. Uma das histórias biográficas que colhemos mostra essa vigilância sobre a ascensão do preto:

"Trata-se de um preto que estudou no Liceu Coração de Jesus. Preto retinto. Aluno extraordinariamente bem dotado e muito aplicado. Apesar do preconceito reinante na escola, os professores nunca puderam apanhá-lo em falta, e não tinham remédio senão dar-lhe

as melhores notas. Embora fôsse muito amável e procurasse fazer amizades com todos, os seus colegas brancos não gostavam dele. Manifestavam-lhe ostensivamente o seu desprezo. Mas êle continuava a trabalhar e conseguiu passar no concurso para o Correio. Foi enviado como chefe de uma agência postal a uma cidadezinha do interior. Os brancos não podiam aceitar a situação, de modo que combinaram para arrancar dele um recibo por um pacote que não fôra entregue na agência, a fim de mover-lhe um processo. Foi despedido do correio. Voltou a S. Paulo para tentar viver como contador. Mas todas as portas fechavam-se à sua chegada, e teve de se empregar como operário de fábrica".

O nosso informante declarou: "O negro não poderá subir sozinho. É preciso que o compreenda". No entanto, ainda prevalece a fórmula usada por um dos nossos entrevistados de cor: "Cada qual por si e Deus por todos". Criou-se no negro uma mentalidade oportunista. É preciso estar sempre com o governo, seja qual fôr, para ter empregos e apoio. É preciso aproveitar o suborno dos partidos políticos que disputam a clientela de cor, para infiltrar-se por toda a parte. O preto continua a procurar, quando pode, padrinhos brancos para os filhos, que os defendam e protejam mais tarde.

Com relação à massa, a política do branco é a do "laissez-faire". Não há barreiras legais: a escola, a aprendizagem, a usina, estão, de direito, abertas a todos. Não é pois culpa do branco se o preto não aproveita as suas oportunidades. Não se pode obrigá-lo a procurar uma "felicidade" que não corresponde à sua própria concepção da vida, ao seu ideal. O controle, aqui, é uma ausência de controle. Consiste em deixar ao preto a maior liberdade possível, a de levar a vida a seu bel prazer, em vez de ensinar-lhe a passar da mentalidade pre-capitalista à mentalidade capitalista, de luta. As próprias barreiras que examinamos num capítulo anterior, e que tornam a vida profissional do homem de cor uma espécie de corrida de obstáculos, desanimam as vontades mais firmes. A massa de cor é assim abandonada à sua própria sorte, que se defenda como puder. Os líderes negros imaginaram, pois, em vez de mudar a mentalidade antiga, e de dar a essa massa uma mentalidade proletária, substituir, simplesmente, pelo antigo paternalismo das famílias tradicionais, um paternalismo novo, do Estado. Reclamam leis de proteção econômica (contra o imigrante) e de ajuda financeira (bolsas de estudo especiais, bancos de crédito, para formar uma classe de pequenos proprietários de terra, de pequenos negociantes etc.). Houve mesmo quem preconizasse a criação de um "Serviço de Proteção do Negro Brasileiro" análogo ao "Serviço de Proteção ao Índio" já existente.

O branco não parece, por enquanto, ter-se deixado tocar por esses pedidos. Continua a sua dupla política, uma tirada do passa-

do, a do paternalismo — outra tirada do mundo novo, a do "laissez-faire": o paternalismo para o negro que sobe, a fim de fiscalizar a sua ascensão nos vários degraus; o "laissez-faire" para deixar que a massa afunde o mais possível e impedir-lhe que faça efetivamente concorrência ao branco. De um lado o controle afetivo, do outro a ausência total de controle.

Entretanto, um espírito novo tende a formar-se. O branco começa a perceber que o etnocentrismo custa mais do que rende. Uma grande massa negra, não utilizada pela industrialização, vivendo mais ou menos como parasita e obrigando o branco a grandes despesas de assistência nos hospitais, constitui um fardo e não um proveito para o Estado. Muitos patrões disseram-nos que desejariam empregar negros munidos de uma cultura técnica suficiente, e queixaram-se da falta de mão de obra especializada. Na penúria em que se encontram, não fariam questão da cor da pele. Por outro lado, vimos o realismo de certos negros, que se dão conta das oportunidades novas oferecidas pelo momento atual e que se esforçam por integrar-se numa sociedade de classe, com a condição de serem aceitos pelo proletariado com todas as vantagens que a classe tem, e em primeiro lugar a da mobilidade vertical. Porém tal mobilidade tem um efeito sobre a personalidade. Desenvolve a um tempo o sentimento do decoro, da liberdade moral, mas também uma suscetibilidade maior a qualquer discriminação ou simples alusão à cor. De onde as crises de agressividade numa sociedade ainda não-cristalizada de tipo puramente capitalista ou de classes, e em que se chocam os valores do tempo da escravatura com os novos valores. É preciso estudar agora esse estado de tensão racial.

### O DOMÍNIO DAS TENSÕES RACIAIS

Tais crises de agressividade ocorrem sobretudo no extrato mais baixo da população de cor. Alhures, a agressividade, quando existe, está recalcada, já não forma senão uma onda de ressentimento. Após a abolição da escravatura, os negros fugiram das fazendas, foram para as cidades, mas a industrialização mal começava, de modo que não encontraram emprego. Aliás o trabalho rural não os preparara para o trabalho da cidade. Se alguns deles voltaram depois para as fazendas abandonadas e aí se fixaram como lavradores, outros continuaram a vegetar nos bairros mais miseráveis de S. Paulo. Formaram essa plebe de que falamos e da qual se destaca aos poucos um proletariado operário. Essa plebe foi atingida pelo movimento de reivindicação dos líderes negros, mesmo quando não os segue; e, como não tem nada a perder, pode dar livre curso à sua agressividade. Perdida no anonimato da grande cidade, basta um nada

um encontro casual, uma discussão num bar, a saída de um baile, para que a violência apareça. Este mata a irmã que se tornou amante de um branco, traíndo, assim, a raça". Aquêle injúria o estrangeiro que vem roubar o pão do "nacional". As coleções de jornais revelam esses dramas. O branco fala então do "novo negro". Mas não quer ver o verdadeiro "novo negro", o que aceita a sociedade de classes e tenta acomodar-se nela. "O novo negro" para ele é esse rapaz atrevido e malandro que se veste à americana, com camisas de cores vivas, calças avelã apertadas no tornozelo, e que vira a cabeça das mulheres da vida.

Todavia, parece-nos evidente que não se devem imputar todos esses atos unicamente à sua agressividade. Tal agressividade sente-se sobretudo nos bailes negros. A maioria deles estão fechados aos brancos não-acompanhados por amigos de cor. Pois, como vimos, a concorrência sexual é forte. Alguns brancos tencionavam passar o fim do ano no baile da Glória Mocidade Brasileira. Mas os pretos, em número maior, repeliram-nos. Furiosos, voltaram armados de navalhas, revólveres e punhais, decididos a provocar uma briga. Esperaram, escondidos na noite, o fim do baile e, à saída, um negro que acompanhava uma moça, levou uma facada. Outro clube de baile, situado na rua Batista de Andrade, era mal visto pelos vizinhos brancos, que pediram o seu fechamento à polícia. Esta visitou o local mas nada encontrou de anormal. Então alguns jovens brancos resolveram formar ou pagar um bando de malandros para invadir o salão durante o baile e provocar desordens. Desse modo, poderiam conseguir o fechamento do clube. Como se vê, trata-se de dramas do "meio" entre a rapaziada baixa. As tensões se restringem a um círculo pequeno e pouco interessante.

Outros estados de tensão se produzem no outro extremo da escala social. Mas a propósito de negros estrangeiros, e não nacionais. Ora, aconteceu que a bailarina afro-americana Katherine Dunham não conseguiu alugar-se no Hotel Esplanada apesar de ter reservado um apartamento com dois meses de antecedência. Já havia acontecido o mesmo a Carol Brice. A cantora Marian Anderson, sabendo do ocorrido, cancelara antecipadamente o quarto que havia reservado. Mas nem Carol Brice nem Marian Anderson criaram um caso. Katherine Dunham, ao contrário, queixou-se amargamente da discriminação de que era objeto. Chegou mesmo a processar o hotel, provocando o protesto dos jornalistas contra o preconceito de que era vítima. O caso foi levado à Assembléia e deu origem à lei Afonso Arinos, que pune severamente todos os estabelecimentos que recusarem a entrada a uma pessoa de cor sob pretexto de raça. Mas a lei Afonso Arinos, longe de fazer desaparecer os estados de tensão manifestos, revela-os mais claramente à luz do dia. Mal foi votada pela Assembléia, um chofer de cami-

não processou um patrão que lhe recusara um emprego na linha São Paulo-Santos. Um fato análogo, alguns dias depois, ocorreu no Rio: a queixa de um prêto contra uma sociedade recreativa portuguesa que lhe recusara a entrada, afirmando o porteiro que a recusa fôra motivada pelo fato de se ter o prêto apresentado com o convite de outra pessoa, e respondendo o prêto que o fato era com um e que a única e verdadeira razão estava na sua côr.

Em geral as tensões apresentam-se sob uma forma menos espetacular. O "tabu da côr", que se inculca aos pequenos brasileiros bem educados de um lado, a timidez do negro do outro, tornam difícil êsses conflitos abertos fora da plebe, com exceção dos pretos norte-americanos. O controle é, pois, duplo: do branco sôbre si próprio e do prêto sôbre si próprio. Era o que dava às relações inter-raciais no Brasil o clima de doçura que tende a desaparecer hoje, o branco não sabendo muito bem que atitude tomar para com o negro que sobe, e o negro, por sua vez, hesitando entre a atitude da capitulação passiva e a sua recente altivez, mais suscetível. Todavia, o preconceito toma formas demasiado dissimuladas e larvais, por trás de uma porção de razões aparentemente válidas, "falta de vaga", "não há trabalho no momento" — para que possa haver resistências demasiado brutais.

Mas, um dia, sob a influência dos chefes negros, quem nos diz que não haverá outras formas de resistência? Associações de côr formam-se e não se limitam a uma função educativa. São instrumentos de defesa de um grupo e de sua tomada de consciência. O negro está na encruzilhada de dois caminhos: ou aceita a sociedade de classes para subir progressivamente, aproveitando todas as possibilidades que se lhe oferecem, procura de mão de obra, escolas técnicas — ou então, para acelerar a sua ascensão e quebrar a resistência do branco, que defende os seus postos de comando, entra num movimento de ampla reivindicação, mais ou menos inspirado no das sociedades negras norte-americanas. O branco vê nisso o ponto de partida de um enquistamento não mais imposto por êle, resultante de barreiras por êle erguidas, mas voluntário e dirigido contra êle. Reage pois com uma violência igual à do negro na formação dos seus próprios grupos:

"O certo é que ninguém pode dizer, honestamente, que, no Brasil, ao lado da comunidade branca, há uma comunidade negra, como sucede, por exemplo, nos Estados Unidos ou nas próprias colônias portuguesas da África. Se bem que, ultimamente, tenha surgido uma corrente "africanista", neste país, procurando explicar tudo o que se passou em quatro séculos de história pela influência do africano... É certo também que alguns "líderes negros" estão aparecendo agora, criando supostos "quilombos", "frentes negras" e

"associações de homens de côr". Ora, isso só serve para incentivar o odioso preconceito, ao invés de atenuá-lo.

Imaginemos que amanhã se criassem associações de homens brancos para se defenderem contra as de homens de côr... Seria o corolário desse desassisado esforço desagregador levado a cabo pelos tais "líderes negros".

Felizmente os próprios negros e mulatos, que circulam e trabalham livremente por aí, jamais levaram a sério êsses pândegos. Pândegos ou espertalhões?" (1)

Um clima de insegurança está pois começando a insinuar-se em São Paulo como em outras grandes cidades do Brasil. E, como frequentemente o preconceito de côr tem por base o medo, só pode encontrar alimento favorável nesse clima de desconfiança.

### OS ORGÃOS DE FISCALIZAÇÃO SOCIAL. I — A IGREJA

A Igreja Católica não pode, naturalmente, pelo seu ecumenismo, aceitar uma distinção de côr. Todos os homens são irmãos, visto que têm um Pai comum. Mas essa igualdade é uma igualdade perante Deus; e a Igreja, como instituição social, é obrigada a levar em conta a desigualdade das civilizações ou das classes sociais, a diferença de níveis culturais ou econômicos entre os homens. Deve adaptar-se à hierarquia dos Seres para pôr o bem comum, o Evangelho, ao alcance de todos.

É o que explica a razão por que, na era colonial, a Igreja multiplicou os catolicismos, se nos fôr permitida essa expressão à primeira vista contraditória. Houve um catolicismo para os índios, com danças e cantos, que tentou aprofundar as suas raízes até o próprio humus das civilizações autóctones. Houve depois um catolicismo africano, para os escravos, com irmandades especializadas, como as de São Benedito e a do Rosário dos Pretos, que tentou conservar certos traços das culturas africanas a fim de pô-los a serviço da evangelização: as realezas bantus, o gosto dos discursos, as guerras inter-tribais que continuaram sob a forma de danças dos Congos ou dos Moçambiques, patrocinadas e fiscalizadas pela Igreja. Pode-se mesmo ir além. Adaptando-se à variedade dos níveis culturais entre africanos, alguns recém-chegados e batizados, outros já nascidos na terra e assimilados, outros ainda filhos de uniões entre pretos e brancos, a Igreja fundou irmandades especiais de "negros selvagens", de "creoulos" e de mulatos. Às vezes chegou mesmo a aceitar as divisões étnicas, tanto que, nas cidades da Bahia e de

(1) Danton Jobim, "Pândegos ou Espertalhões?", Diário Carioca. 6-7-951.

Minas, certas confrarias estavam abertas apenas aos Nagôs, outras aos Bantus ocidentais, outras aos Bantus da "contra-costa". Assim impedia ela, mantendo as "nações" antagonistas à sombra da Cruz do Cristo, a formação de uma consciência de classe entre os escravos explorados. Mais ainda, acentuava a diferença de cor entre negros e mulatos. Sobretudo fazia penetrar na alma dos descendentes de africanos a noção da sua separação e da sua subordinação aos brancos numa sociedade comum, porém fortemente hierarquizada em castas. De sua separação, visto que as confrarias dos negros tinham suas igrejas e que, nas capelas dos engenhos a missa não se celebrava na mesma hora para os escravos e os patrões, ou então estes últimos ficavam dentro do recinto, enquanto os escravos ficavam fora, no adro, contentando-se em seguir o ritual através da porta aberta. De sua subordinação em seguida, visto que, se as irmandades de cor tinham seus reis e rainhas, o tesoureiro era obrigatoriamente um branco. As procissões festivas uniam as cores, é verdade, mas separando-as e hierarquizando-as, as confrarias, de pretos abrindo a marcha, os "homens bons" — a aristocracia branca — no fim, e, entre os dois grupos, como um traço de união entre os dois catolicismos, o clero. Compreende-se, nessas condições, que o primeiro movimento de protesto dos pretos, o de 1789, na revolta chamada "dos Alfaiates" ou "dos Franceses", se fez contra essa distinção entre um catolicismo preto e um branco, a favor da supressão das confrarias especializadas, do culto dos santos de cor e mesmo contra o catolicismo romano, demasiado hierarquizado, por um catolicismo brasileiro, modelado sobre o "galicanismo" ou quem sabe mesmo sobre o "anglicanismo", mais respeitoso da fusão das cores e das civilizações, característica da sociedade mista do Brasil.

A Igreja hoje abandonou todos os elementos que, no duplo cristianismo dos tempos coloniais, podiam ter sido úteis na obra de evangelização, mas que hoje se arriscariam a dificultar a assimilação do cristianismo dos negros ao dos brancos, mantendo o sincretismo de outrora, o empréstimo de certos traços das civilizações africanas, como o coroamento dos reis do Congo, as danças dos Moçambiques no adro das igrejas ou a permissão aos negros de praticar seus "batusques" nos dias de festas religiosas.

Esses elementos folclóricos persistiram sem dúvida no interior, porém desligados do domínio da Igreja, ou em todo caso em vias de se desligar, para viver de uma vida independente. O padre, do alto do púlpito, condena os batusques como imorais. O catolicismo do negro não deve ser de outra natureza. Mas a separação continua a ser aceita, reconhecendo-se que o preto prefere a companhia de outros pretos e que o branco não gosta de se encontrar na companhia dos pretos. Existe ainda em S. Paulo uma confraria dos Pretos do Rosário, com sua capela especial, com seu regulamento, suas

festas e sua procissão. Mas as barreiras são apenas preferenciais e não mais obrigatórias. Há alguns brancos, nessa irmandade, que tomam parte nas missas ou nas procissões. As paredes estanques desapareceram.

A Igreja sentiu perfeitamente as mudanças que a urbanização e a industrialização estão introduzindo em São Paulo, como também percebe a manutenção de grandes segmentos da antiga estrutura social. Respeita tanto melhor esse período de "transição" quanto é adversa a qualquer transformação brusca, ou revolução. Conhece os perigos que os movimentos violentos, perturbando os homens, podem fazer correr às almas. Não aceita senão as mudanças progressivas e lentas. Por isso mantém ainda o velho costume da Irmandade do Rosário. Mas ao mesmo tempo tem obrigações de ignorar o preconceito de cor, e se pôs a serviço da nova sociedade nascente, que é de classes. O tipo de controle vai, pois, mudar. A Igreja vai agora apoiar a incorporação do negro ao proletariado operário, embora mantendo a separação entre a classe baixa e a burguesia. O que lhe importa é a situação social, não a racial, o fator econômico mais que a cor da pele. Ou antes, o tom da pele, para ela, como para as antigas famílias, jogará apenas como símbolo de um certo estatuto de inferioridade social. É o que explica que ela siga as idéias dessas velhas famílias ou mesmo da burguesia dos imigrantes enriquecidos ou de seus descendentes. Os colégios religiosos, como o "des Oiseaux", ou de "l'Assomption", que são "elegantes", destinados à educação das meninas da elite, barram a entrada dos seus externatos e, com mais forte razão, dos internatos, a todos os elementos de cor, mesmo aos mulatos. Não aceitam senão famílias da "alta", as que se jactam, com ou sem razão, da pureza do seu sangue. Em compensação, nas escolas primárias e profissionais, o preto será admitido em igualdade de condições com o branco. O caso do Liceu Coração de Jesus é particularmente significativo. Compreende duas séries, uma de cultura humanista e outra de artes e ofícios. Ora, quando um preto se apresenta, informam-no de que só há vaga no curso técnico. Para entrar no de humanidades será indispensável que o preto seja muito protegido por um branco, que seja, por exemplo, portador de uma carta de um bispo ou de um padre influente. Sem isso, a política consiste em fazer do preto um bom operário, ajudar a sua mobilidade vertical pela aprendizagem de um ofício, transformando-o, de operário, em mão-de-obra especializada. Mas é preciso que fique no "seu lugar" no grupo proletário, subir apenas dentro do grupo, e não aprender latim, que é a porta aberta às profissões liberais, isto é, à burguesia. Assim explica-se a opinião dos nossos informantes de cor, que fazem distinções entre as diversas ordens religiosas do ponto de vista do preconceito de cor, que sustentam por exemplo que os Salesianos têm mais sim-

patia por eles que os Beneditinos, ou que os padres italianos são mais benevolentes que os brasileiros.

Julgamos necessário ligar esses fatos, na medida em que são exatos, aos graus do ensino, à natureza das escolas ou ainda à diversidade das paróquias, proletárias ou aristocráticas. É ainda a necessidade de respeitar a ordem existente, o temor das agitações violentas, o sentido das evoluções lentas que explica porque a Igreja não aceita, em certas paróquias, "filhas de Maria" ou "irmãos marianos" de côr. E porque, em outras, aceitam-nos, mas com tantas restrições que desanimam os candidatos. Por outro lado, nos centros da J.O.C. (Juventude Operária Católica), por se tratar de gente do mesmo nível social, da mesma classe, o negro é admitido num pé de igualdade com o branco. Trata-se ainda de não fomentar a mistura de classes, (o negro sendo considerado mal educado para entrar nas irmandades marianas), de ajudar a integração do negro ao proletariado e de lhe fornecer uma educação religiosa de classe. Também não há discriminação nos grupos das velhas beatas que trabalham para a igreja do bairro, costurando ou bordando toalhas de altar e limpando e enfeitando com flores artificiais as capelas. Pois essas velhas beatas são em geral pessoas de condição humilde e reunidas pelo mesmo fervor religioso. A classe, ajudada pela Fé, prevalece sobre as raças.

Mas está claro que a Igreja, quando lhe acontece fazer distinções, inspira-se, segundo a sua própria expressão, no "bem das almas" e não no preconceito. Por exemplo, os Beneditinos aceitaram para um dos seus cursos noturnos um professor que lhes fora recomendado por carta; quando este se apresentou, viram que se tratava de um prêto. Os frades tentaram ganhar tempo, pediram-lhe que voltasse daí a três dias, depois daí a uma semana, finalmente pediram outro professor. Explicaram que os alunos não aceitavam um mestre negro, que aquilo poderia acarretar dificuldades de disciplina, que ele sofreria com a situação e que, desse modo, "para o bem de uns como do outro", era melhor não tentar a experiência. Cita-se também o caso de um Beneditino, pregador de grande talento, amigo dos pretos. Mandou vir um negro para pregar e depois beijou-o na testa à guisa de felicitação. Os seus superiores fizeram-no comparecer perante eles e censuraram-no, depois transferiram-no. Consideraram tais manifestações ostensivas de afeto deslocadas e susceptíveis de desagradar aos fiéis brancos, de chocá-los e de diminuir a sua fé. Mandar um prêto pregar, vá lá, isso lisonjeia o senso democrático do brasileiro, mas beijá-lo já é diferente, é manifestar uma espécie de crítica dos brancos, é passar da relação categórica, que é a que prevalece na sociedade, à relação afetiva de intimidade. Citaremos ainda um último caso, entre os Salesianos, desta vez: um jovem branco fizera-se amigo íntimo de um prêto; os

padres chamaram-no para fazer-lhe compreender que devia escolher seus amigos entre os de sua côr, que os seus pais ficariam descontentes com as suas preferências, que a educação moral dos negros é ainda frágil e que, por conseguinte, a sua amizade era perigosa para a moralidade e a fé.

Assim o catolicismo se põe do lado da ordem, e a ordem é a sociedade existente, em que o negro tem seu lugar marcado, porém subordinado e inferior. Põe-se do lado dos valores tradicionais, que consideram o prêto, mesmo educado, com certa desconfiança, ainda muito próximo da África, ainda portador da herança da escravidão, e perigoso como companheiro, sobretudo do ponto de vista sexual. Entretanto essa sociedade permite a ascensão progressiva do negro, como individuo isolado, e não como coletividade. A Igreja encarrega-se, em defesa da ordem, de fiscalizar essas ascensões individuais. Em primeiro lugar, pelas escolas, fazendo a seleção dos melhores elementos, orientando-os, porém, para o ensino técnico, e fiscalizando as relações de camaradagem. Em seguida, disciplinando os jovens que lhe são confiados, fazendo deles bons cristãos e bons operários, que hão de preencher uma função útil na sociedade.

Dir-se-á que a Igreja impede inteiramente a formação de uma burguesia de côr? Não; mas exerce a sua fiscalização. Na Universidade Católica existem alunos e mesmo professores de côr. Todavia esse paternalismo religioso continua e apoia o paternalismo familiar das antigas famílias tradicionais. Em primeiro lugar, o mulato é mais facilmente aceito que o prêto. Em seguida, os elementos escolhidos são os que se recomendaram pela sua ligação com os membros do clero, pela sua união estreita com a Igreja. É ainda a política da defesa da ordem existente: os postos de comando nas mãos dos brancos, mas evitando estados de tensão, por um fenômeno de capilaridade, fiscalizado em todas as fases do processo. Trata-se de preparar talvez uma sociedade sem distinção de côr, mas que não se pode realizar num dia, e que exige precauções.

#### PARENTESE SÔBRE A RELIGIÃO DOS PRETOS NA SUA RELAÇÃO COM O PRECONCEITO DE CÔR

O prêto aceita, até certo ponto, essa fiscalização. O culto dos santos favorece a aceitação. Cada qual tem seu santo preferido, a quem dedica um pequeno altar em casa, cuja imagem guarda preciosamente, e que é objeto de rezas especiais. Para este é São Francisco, para aquêle São Jorge. Por que não teria o prêto também os seus santos prediletos como S. Benedito ou Santa Ifigênia? Visto serem da sua côr, hão de compreender certamente melhor que os santos brancos as suas necessidades e sofrimentos cotidianos. Não

só compreendem melhor mas têm também o sentimento de solidariedade racial, uma preferência pelo compatriota da mesma origem, portanto protegê-lo-ão e defendê-lo-ão perante a Virgem ou o Cristo. Assim o culto dos santos justifica uma certa separação, na unidade do catolicismo, a criação de famílias espirituais, aparentadas mas distintas, e veremos pretos manterem o duplo catolicismo de que falamos há pouco. Já não lhes é imposto pelo branco. É coisa sua, assim como o prêto norte-americano, que faz ainda mais questão que o branco de ter suas igrejas pretas, separadas das dos brancos, os líderes pretos de S. Paulo encontram mesmo nesse catolicismo negro a possibilidade de conseguir postos de honra, cargos de confiança, de subir no seio do grupo, de adquirir respeitabilidade maior, e essa possibilidade fortifica ainda mais a manutenção da tradição colonial. Aludimos a uma certa tendência do negro paulista ao enquistamento. Esse catolicismo de côr combina com essa tendência e não é raro que seus chefes sejam ao mesmo tempo os organizadores das associações de defesa dos pretos ou mesmo, por uma curiosa união, das escolas de samba, isto é, dos desfiles carnavalescos, numa época em que a Igreja condena o Carnaval como festa pagã, e institui, durante esse período, três dias de retiro espiritual para os fieis. Aceitaria a Igreja, como a sociedade leiga, a idéia de que o negro é diferente do branco, de que tem direito a uma certa licença, proibida aos outros, e de que o seu catolicismo é ainda um catolicismo de crianças grandes, que precisam de divertimentos?

Seja como fôr, não somente o negro aceitou a fiscalização do catolicismo, mas ainda criou uma ideologia católica. Vê, no catolicismo ecumênico, o melhor meio de lutar contra os preconceitos dos brancos, e de realizar a sociedade fraternal de amanhã.

O preconceito vem do orgulho e do dinheiro, dizem eles, mostrando que percebem bem a inextricável união entre a côr e a classe. À medida em que a humanidade se cristianizar, a caridade matará o orgulho e abolirá os privilégios. Esses pretos insistem nas raízes africanas do cristianismo, para mostrar o lugar eminente que ocupam no amor do Cristo, e também que o cristianismo não é uma religião de brancos imposta ou aceita por outras raças de homens; é também uma coisa deles. Em "O Novo Horizonte", jornal da imprensa negra, depara-se a seguinte afirmação: "Jesus, em cujas veias, como homem, corria também sangue negro, pelo menos segundo o Evangelista que diz, da sua Santa Mãe, "Nigra est, sed formosa". Se o vocábulo latino "nigra" traduzido em nosso idioma significa negra, preta, escura, imaginemos quanto deve sofrer Nossa Senhora, a Santa Virgem, em ver, do alto do seu trono, em que está sentada ao lado do seu filho glorioso, tudo o que sofreu a raça negra".

"Verti esta gota de sangue por ti" — é a palavra de Cristo a Pascal ajoelhado no seu desespero. Poder-se-ia transpor a frase cé-

lebre para o negro e fazer dizer ao Cristo: "Verti esta gota de meu sangue negro por ti, ó meu irmão obscuro, côr das doces noites do meu país".

O negro que aceita o ajustamento pacífico das côres, e tenta tirar proveito dele, se não para esta vida, pelo menos para a outra, encontrará nesse cristianismo paternal uma segurança e uma doçura que o encantam. Mas há também resistências. Alguns denunciam a coligação entre a Igreja e a sociedade, afirmam que o catolicismo constitui um dos núcleos de mais forte resistência ao prêto, um dos centros cristalizadores do preconceito de côr. Um deles chegou mesmo a dizer-nos que era o catolicismo o responsável pela miséria do negro, inculcando-lhe uma moral de submissão. Retomando de certo modo a opinião de Marx, mas transpondo-a da classe para a raça, ele via na religião "o ópio do povo" mas do povo de côr, ensinando-lhe que o Reino de Deus é dos que sofreram na terra e que as penas do mundo constituem méritos no outro. Ao passo que o branco se considera um instrumento da Divina Providência fazendo o negro sofrer visto que assim lhe garante depois da morte a salvação eterna. São esses, pelo menos, os têrmos do seu discurso.

Mas essas duas ideologias opostas, a do valor supremo do catolicismo como solução do problema racial, e a da resistência à Igreja como instrumento de exploração e de domínio dos brancos, não se encontram senão em pequenas minorias. Uma das perguntas do nosso questionário tratava da religião, ou melhor, da prática religiosa. É notável o fato de não serem, esses pretos, praticantes, embora sejam, em sua maioria, católicos romanos. São batizados, frequentaram catecismo, fizeram a primeira comunhão, quando podem casam-se na igreja, mas não vão regularmente à missa, só "de vez em quando", nem comungam pela Páscoa. Catolicismo social mais que místico, espécie de símbolo de incorporação à tradição brasileira, mais que fé pessoal e vivida. A existência do negro se desenrola fora dos quadros eclesiásticos ou confissionais. Mais no terreno de futebol do que nas sacristias, mais nas ruas do que à sombra perfumada das capelas. E isso tanto na classe média como na baixa.

Um certo número de negros paulistas deram sua adesão à igreja protestante. Os que se converteram e que pudemos interrogar alegaram como uma das razões da sua conversão a inexistência de uma linha de côr ou de um preconceito qualquer no protestantismo. Um médico de Santos, casado com uma branca, e que perdera a mulher, procurara pôr a filha em São Paulo num bom colégio de religiosas, mas encontrara por toda parte a porta fechada. Finalmente conseguiu matriculá-la num colégio batista. E, passando a frequentar essa igreja, convertera-se. É curioso notar que aqui se passa justa-

mente o contrário do que ocorre nos Estados Unidos, e pelas mesmas razões. Nos Estados Unidos, o catolicismo atrai cada vez mais os negros devido à inexistência de segregação na missa ou na comunhão pascal. A razão está no fato de serem o catolicismo na América do Norte e o protestantismo na do Sul religiões minoritárias, de modo que só podem seduzir minorias. Para bem compreender a inexistência de preconceitos de cor no protestantismo brasileiro e mais particularmente no de S. Paulo, o único que nos interessa no momento, é preciso evocar o clima de "seita". Uma minoria cerra fileiras, defende a sua solidariedade, a vida religiosa é mais intensa que na Igreja majoritária, e a participação à mesma fé é mais importante que as diferenças de classe ou de raça, cria uma família. Isso se vê mais nitidamente nas seitas recém-criadas como a de Pentecostes da Glória, cujos fiéis devem abster-se de qualquer contacto com os descrentes, visitam apenas os correligionários, e se casam entre si. Quando o negro se incorpora ao grupo é considerado um "irmão" e tratado como tal.

Mas em geral as diversas igrejas protestantes não se recrutam no mesmo meio. Há igrejas mais burguesas, como a metodista, e igrejas mais proletárias, como a de Pentecostes, constituindo a Batista uma transição. Por conseguinte o protestantismo pode também ajudar a "classificar" o homem de cor, incorporá-lo na classe média, dar-lhe um estatuto social de honorabilidade. O puritanismo protestante une-se então ao puritanismo negro e se funde com ele.

Mas todo o protestante convicto é um missionário, sente-se responsável pelo irmão que está fora do júbilo cristão. O negro protestante não pode querer gozar egoisticamente de sua situação relativa de conforto em face da miséria material e moral da classe de cor. Nada de surpreendente, pois, no aparecimento de chefes negros protestantes. Eles conhecem melhor as realizações culturais dos negros norte-americanos e sabem que tais realizações são muitas vezes obra das igrejas protestantes. Desejariam fazer o mesmo no Brasil. Mas herdaram do protestantismo o que se costuma chamar "o dialeto de Chanaan", essa gíria bíblica desconhecida dos outros negros, de tradição católica, de modo que as suas atividades, que conservam um ar de prédica, não agradam, ao que parece, à massa.

Acabamos de mencionar a influência norte-americana. Talvez convenha dizer aqui uma palavra sobre uma tentativa de um prêto do Rio que quis fundar em S. Paulo uma igreja protestante negra, com uma hierarquia de anjos pretos, bem caracteristicamente afro-norte-americana. Não nos parece, entretanto, necessário insistir no caso, pois o pastor da seita foi prêso, dizem, por sedução de uma menor, e morreu na cadeia. Os fiéis disseram que os seus inimigos o mandaram prender e depois o envenenaram. Mas o caso é que essa igreja nunca teve um grande número de adeptos, e que alguns deles

eram brancos. Hoje está agonizante com uma dúzia de fiéis no máximo, num subúrbio da capital, Poá.

As conversões de negros ao espiritismo são muito mais numerosas que ao protestantismo. Mas uma das razões invocadas com mais frequência permanece a mesma numa religião como na outra, a ausência de qualquer preconceito de cor. O espiritismo com efeito é em S. Paulo uma religião de gente pobre que vem pedir aos espíritos, por intermédio dos mediuns, conselhos para a vida prática, remédios para os males do corpo e da alma, um consolo e uma ajuda. Ora já vimos que na classe baixa o preconceito é mínimo, e deve-se acrescentar que a comunhão num mesmo credo elimina o pouco que lhe resta.

É verdade que o espiritismo também está estratificado e que se distingue um baixo espiritismo, em que os espíritos invocados são os de velhos africanos mortos e de índios, e o espiritismo de Allan Kardec, que constitui uma espécie de aristocracia. A linha de cor reforma-se aqui, não no plano da igreja visível, nas relações entre os crentes, mas no plano da igreja invisível, no mundo dos Mortos. Os kardecistas de fato dizem que, quando se manifestam os espíritos africanos é sempre para fazer palhaçadas, dizer palavrões, indecências, e não para consolar e ajudar. Retomam, pois, mas desta vez contra os espíritos, os estereótipos do branco contra o negro, apenas os transpõem deste para o outro mundo. O negro é sem dúvida admitido num pé de igualdade com o branco da seita, mas o seu espírito é considerado pouco evoluído, ainda muito prêso à matéria, para poder merecer as honras do apêlo num "aparelho" que o encarne. É evidente que o negro respondeu a essa crítica fazendo a apologia desses espíritos africanos ou índios contra os espíritos brancos. O conflito das cores transportou-se do terreno da estrutura social para o terreno da hierarquia mística das almas dos mortos. De onde a criação, no Rio, do espiritismo de Umbanda. Mas essa luta interessa mais o Rio que S. Paulo. O espiritismo de Umbanda correspondia a uma necessidade da massa negra, e a prova está na sua expansão do Rio para Minas e o Sul do Brasil. Assistimos hoje a um fenómeno análogo ao da Frente Negra, mas desta vez de reivindicação mística do negro e não política. O espiritismo de Umbanda tentou implantar-se também em S. Paulo, mas conta apenas um ou dois templos que, afinal, segundo o nosso inquérito, são ainda mais frequentados por brancos da classe baixa que por negros.

A reivindicação racial em S. Paulo faz-se, pois, menos que no Rio ou em outras regiões do Brasil, no terreno religioso. Aqui, o movimento permanece sempre mais político. O negro espírita frequenta os centros kardecistas, onde é bem recebido, ou os do baixo espiritismo, onde, por sua vez, recebe bem os brancos. Nesta última

variedade religiosa pode mesmo encontrar formas de compensação contra a sua sorte de humilhado, ou uma fuga para os seus ressentimentos. Encontramos na zona dos apartamentos baratos uma médium chamada "de Sá" e que recebia o espírito de Mem de Sá, primeiro governador geral do Brasil. Era evidente que ela se ligava assim por intermédio desse morto a uma das famílias mais ilustres do Brasil. O preto médium kardecista, de um modo geral, pode receber no seu corpo espíritos de brancos, e assim "embranquecer" espiritualmente. A biografia seguinte mostrará, na ascensão de um homem de cor, através do espiritismo, a ação subtil de uma série de complexos recalcados ante a denominação do branco: "Pai branco, português, e mãe de cor. Profissões humildes e vivenda em cortiços. Aos 12 anos C. perde o pai, e a mãe aos 16. Trabalha desde a idade de 8 anos como entregador de marmitas e aos 19 anos torna-se ajudante de cozinheiro. Em 1932, deixa o Rio para instalar-se em S. Paulo onde trabalha num restaurante sírio. Casa-se aos 20 anos. Mas a mulher é doente. É tratada por um amigo espírita e é então que se descobre que C. tem dons de médium. Entretanto, em vez de se fixar num centro estabelecido e trabalhar, prefere montar o seu próprio centro e angaria os primeiros clientes entre os fregueses do seu restaurante, em particular algumas famílias sírias e armênias" (1).

C. deixou a escola cedo demais para pensar em realizar a sua ascensão por meio dos diplomas. Procura primeiro subir na profissão de cozinheiro, mas não tem satisfações de amor-próprio. A doença da mulher e, através dela, a descoberta do espiritismo revela-lhe um mundo novo, que lhe oferece oportunidades. Já não terá de servir estrangeiros, "turcos" (nome dado no Brasil a todos os originários do próximo-Oriente), já agora os "turcos" serão obrigados a recorrer ao "poder" e às "virtudes" milagrosas do preto. Estranha inversão de papéis da sociedade paulista, em que o negro consegue enfim tornar-se superior ao imigrante.

Porém, uma vez mais, são fatos demasiado raros para que se insista neles. Se os citamos é porque eles descobrem, como as nossas análises dos sonhos ou o nosso "teste da bebida", mais que a leitura dos jornais, as atitudes disfarçadas do ressentimento do negro e o elemento subjetivo por trás do objetivo, do preconceito ou da seleção.

## OS ORGÃOS DE FISCALIZAÇÃO SOCIAL. II - A POLÍCIA

Se a religião é em geral um elemento de adaptação e de integração pelo menos para os crentes, o Estado deve defender a ordem

(1) Biografia colhida por Oswaldo Xidieh.

existente, reformando-a se fôr necessário, contra qualquer ataque capaz de pôr em perigo a segurança pública. A polícia é o instrumento dessa defesa. Não do branco contra o negro, mas da sociedade, tal como existe, contra tudo o que a ameaça. Contra todos os que, seja qual fôr a cor da pele, não respeitem a lei. Mas a lei é feita pelo branco e a ordem que a polícia deve defender, a ordem existente, é a que entregou aos brancos os postos de comando. Nessas circunstâncias, é o caso de indagar se a polícia não será um instrumento de repressão a serviço do branco.

Em primeiro lugar, porém, existe ou não um preconceito de cor no seio da polícia? Pois é evidente que, se a polícia estivesse toda nas mãos dos brancos, tenderia, mesmo sem querer e sem o perceber, a participar da dominação de uma cor sobre a outra. Ora tal não se dá: a polícia é certamente uma das instituições em que o negro se encontra em grande número. Mas é preciso atentar numa coisa: pois se os negros ocupassem apenas postos subalternos, seriam obrigados pela disciplina militar a cumprir as ordens dos chefes brancos. Apesar da cor, estariam a serviço de uma polícia de opressão. Não há dúvida que os negros ocupam os postos inferiores, mas há um certo número de delegados. É difícil atingir o posto de oficial. Citamos acima a história de um aluno dos Cadetes da Polícia, que de tal forma tivera de se esforçar para vencer a concorrência dos colegas brancos, que chegara a enlouquecer. Mas afinal as barreiras não são intransponíveis, como há uns vinte anos, e encontram-se pretos entre os chefes também. O preconceito de cor mais aparente, hoje, na polícia, é o que chamamos "estético". Fizeram-nos notar muitas vezes que não se encontram de plantão nas salas de cinema ou em frente aos teatros guardas de cor, que se costuma dar de preferência esse emprego mais representativo aos brancos, ainda que "franzinos e doentios", em vez de empregar belos negros bem feitos, atletas de ébano. Assim como tivemos ocasião de observar numa cerimônia diante do monumento do Ipiranga, com a presença de um embaixador estrangeiro que lá fôra depositar uma coroa de flores, haviam cuidadosamente dissimulado por trás do monumento dois dragões da Independência pretos, para pôr em evidência apenas os dragões brancos.

Em todo o caso, pergunta-se: se o negro participa da polícia quase que em todos os degraus, aproveitar-se-á da situação para defender o irmão de cor, quando atacado, ou para fechar os olhos, quando é ele quem ataca? Aproveitar-se-á do poder para tomar um revide contra o branco? Conforme as circunstâncias, a polícia toma o partido do negro ou do branco. Um preto que não fôra atendido por um barbeiro apelou para um guarda, que o acompanhou e ficou com ele até o fim da operação.



Por ocasião do caso da rua Direita e da queixa dos comerciantes contra o "footing" dos negros, a polícia se pôs, ao contrário, do lado dos brancos, tentando, porém, medidas suaves. Por exemplo, baseando-se no amor dos pretos à música, fez passar pela rua uma banda que se dirigiu depois para outro bairro, na esperança de que os negros a seguissem. Depois, vendo o malogro da tentativa, mandou fechar os bailes de negros das vizinhanças. No caso das brigas das Gafieiras, finalmente, a polícia não toma partido nem por uns nem por outros, apenas mantém a ordem.

A censura mais corrente que os nossos informantes de cor fizeram à polícia dirige-se, paradoxalmente, contra o guarda negro. Dêle viria a discriminação, mais que do guarda branco, e essa discriminação agiria contra o irmão de cor. O guarda negro não pôde livrar-se de três séculos ou mais de obediência passiva ao branco, e conserva uma certa timidez de comportamento para com êle, o branco tem sempre algo do prestígio do patrão e a superioridade do seu estatuto social. Claro que é às vèzes obrigado a prender brancos, mas fá-lo com certo respeito, e como que lutando contra certas inibições. Sabe muito bem que tais prisões lhe podem valer graves feridas de amor próprio. Um guarda de cor, prendendo uma mulher da rua da Liberdade que espancava ferozmente os filhos, recebeu a resposta: "Desde quando se viu um negro prender um branco?" Essa inibição êle não a sente para com outro negro. O seu ressentimento, não podendo voltar-se contra o branco, protegido pelo prestígio da cor, e não podendo ter outro escapamento, voltar-se-ia contra o criminoso preto, que êle atacaria como uma fúria. Se o fato fôr verdadeiro, encontraremos em S. Paulo um fenômeno análogo ao que Dollard estudou nos Estados Unidos: a agressividade, impossível contra o branco, descarregar-se-ia contra o negro desprotegido. Mas, o que é compreensível num país em que existe uma linha de cor igual, já o é bem menos num país em que ela não existe. Pode ser que alguns guardas pretos façam questão de mostrar a outros companheiros de cor que êles são "autoridade", e tentem assim, perante si próprios e perante os outros, uma espécie de reabilitação através da farda e da posição que ocupam. Seria um modo de auto-afirmação, o hábito emprestando prestígio e permitindo uma válvula de escapamento, um meio de se libertar dos seus complexos, da sua agressividade recalcada. Mas julgamos que, se tais casos podem produzir-se, é a disciplina que explica certos fatos chocantes aos olhos dos negros que estão fora da corporação, isto é, a brutalidade do guarda preto contra o seu irmão na cor. É que o negro é muitas vezes mais combativo e rebelde que o branco, não quer ser preso, defende-se ferozmente, tenta tirar a faca; o guarda, em defesa própria, é pois obrigado a lançar mão de toda a sua força.

Ao lado dessa crítica ao guarda negro, que é mais frequente, porque um negro que prende outro ou o brutaliza tem aos seus olhos algo de revoltante, encontram-se também algumas críticas à polícia em geral. Os policiais divertiram-se em prender negrinhas na rua e levá-las ao posto como instrumento de prazer, metendo-lhes medo, ameaçando-as de prendê-las, se contarem alguma coisa. Os policiais fariam assim uma distinção entre as pretas e as brancas que saem tarde à rua. Por exemplo, dançarinas que saem dos empregos pelas duas da madrugada: se forem pretas são consideradas prostitutas e obrigadas a passar a noite no posto de polícia; se forem brancas, ninguém as importuna. Se um negro briga com um branco são ambos levados à delegacia mas, uma vez dadas as explicações, o branco é solto, pode voltar para casa, ao passo que o negro fica preso até o dia seguinte de castigo. Sustenta-se igualmente que, quando se quer fazer um negro confessar um crime qualquer, usa-se para com êle de maior brutalidade do que com um branco. Vimos por fim que, nos casos de queixas à polícia por sedução de menor preta, o delegado dava um jeito de não lhes dar seguimento. Citaremos alguns casos transcritos da imprensa negra de S. Paulo:

- a) "S. A. foi preso em Sorocaba por ter dado uma facada no sírio A. M. C. A imprensa local não contou direito o caso. S. A., depois de ter prestado um serviço a Moisés, não foi remunerado e recebeu mesmo, do sírio, o insulto de ladrão. Em defesa própria, S. feriu-o e depois constituiu-se prisioneiro. No decurso do processo, todas as testemunhas depuseram contra o preto... O júri condenou-o a 11 anos de cadeia... O promotor insultou o elemento negro, em vez de analisar as peças do processo, e pôs nas nuvens a colônia síria.
- b) Um agente de polícia secreta prendeu quatro negros que voltavam do cemitério, sem nenhuma razão, e êles continuam presos.
- c) Um negro apelidado Pretinho, um turco, um oficial da justiça e um padeiro, discutiam num bar a situação do preto nos Estados Unidos. No decorrer da discussão, Pretinho exaltou-se e tratou o turco de burro. Êste dá-lhe traiçoeiramente dois tiros nas costas, depois segue tranquilamente para o hotel, janta e embarca no último trem para a capital, pois não o prenderam em flagrante. — "Perguntamos aos poderes competentes atacados de insônia: e a polícia? E o oficial de polícia que tomara parte na festa? Não se tomou nenhuma providência porque a vítima era um pobre negro". (1)

Citamos todos os fatos de discriminação que nos foram relatados e que encontramos na imprensa. Mas a censura mais frequente não

(1) Extraído de "A Voz da Raça", I, 25 — I, 30 — "Bandeirante", II, 4 — "A Voz da Raça", II, 44.

é a de um excesso de injustiça na repressão, é, ao contrário, a ausência de repressão. Encontramos aí um ataque que já havíamos encontrado contra o branco em geral. A polícia observa de longe, como uma coisa natural, que não merece a sua intervenção, a degradação moral do negro, incapaz de resistir às tentações da cidade grande. Enquanto menores brancas que passeiam sòzinhas são restituídas aos pais ou ao Juiz de Menores para uma possível regeneração, a Polícia fecha os olhos voluntariamente sobre a prostituição das pretinhas, provavelmente porque não haveria lugar suficiente para elas nos asilos. Dir-se-ia que ela quer fazer afundar o negro o mais possível, vê-lo chafurdar na lama e afogar-se para sempre, perder-se materialmente pela tuberculose, pela sífilis, e moralmente, pela sua própria decadência. Ou se prendem essas prostitutas, é simplesmente para tocá-las de S. Paulo, colocá-las num trem destinado ao interior, em vez de tentar regenerá-las. Até que ponto será justificada essa queixa? Consultamos as estatísticas da criminalidade juvenil e do Asilo de Menores e encontramos uma porcentagem apreciável de pretas internadas, superior mesmo à porcentagem dos elementos de cor no conjunto da população paulista. Mas, como já o dissemos, a prostituição da preta sendo uma prostituição de rua, a educação do cortiço desenvolvendo a precocidade sexual, e o Asilo não podendo bastar a todas as necessidades, é evidente que a polícia é obrigada a fechar muitas vezes os olhos. Não acreditamos numa discriminação deliberada. Se todavia citamos o fato foi por ser o seu interesse subjetivo maior que o objetivo. A racionalização que éle produz, a de uma política sistemática do Estado para degradar o mais possível o preto, revela a profundidade do sofrimento dos homens de cor em S. Paulo e a fôrça do seu ressentimento contra o branco.

Em resumo, a polícia está a serviço da lei. E a sua ação é o reflexo dessa lei. Na medida em que a ordem existente aproveita sobretudo ao branco, a polícia pode ser considerada como um instrumento a serviço do branco também. Na medida, porém, em que a Constituição do Brasil é democrática, oposta a toda diferenciação étnica ou racial, ela está a serviço da defesa do negro.

#### A INFILTRAÇÃO COMO PROCESSO DA ASCENSÃO SOCIAL DO NEGRO

Resta-nos examinar um último efeito do preconceito. Mostramos no capítulo anterior que éle toma sobretudo a forma de barreiras de costumes que, desde a escola até a promoção no emprego, limita a ascensão do negro no conjunto da comunidade.

Limita-a apenas, sem impedi-la, note-se bem. Pois se o branco tende a defender sua posição de mando e direção, ninguém deseja o enquistamento do negro. Assim como o seu antepassado temia a formação de uma consciência do escravo como classe explorada, éle teme hoje a formação de um "Lumpenproletariat", de uma grande massa de revoltados. É preciso pois dar ao preto a esperança de uma eventual melhora da sorte, é preciso entreabrir-lhe o acesso a posições melhores. Assim agindo, o branco aliás continuará uma política tradicional, a do apadrinhamento. Esse apadrinhamento tem sua fonte nos nascimentos ilegítimos dos filhos dos patrões com as escravas de cor, no instinto paternal que levava o pai a cuidar dos mulatinhos nascidos desses encontros, como nas relações íntimas entre os meninos brancos e os negrinhos. Mas hoje, o apadrinhamento prossegue sob outras formas. Assim tudo leva o branco, a tradição paternalista e o seu próprio interesse bem compreendido, a ajudar um certo número de elementos da classe negra.

Há com efeito duas atitudes possíveis para o branco que quer manter a sua posição de superioridade. Ou a segregação, a atitude norte-americana — com a formação de castas separadas, e nesse caso haverá oportunidade de ascensão social dentro da casta, que permanecerá, no seu conjunto, subordinada à dos brancos, isto é, o grupo inteiro, com seus capitalistas e seus operários, será inferiorizado — ou então a solução brasileira, uma só sociedade, com classes e não mais castas, com o branco em número cada vez maior à medida que se passar de uma classe inferior a uma superior, ocupando os postos de maior prestígio, de maior remuneração e responsabilidade. Mas visto tratar-se de uma sociedade unificada, encontrar-se-ão fatalmente, embora a título excepcional, pretos em todos os degraus da escala social, inclusive no ápice. Negros empregadores e empregados, embora pequenos empregadores. Negros artesãos ou semi-independentes, alguns comerciantes nos subúrbios.

Apenas nessas condições, a ascensão não pode tomar outra forma senão a de uma infiltração. Uma gota negra após outra a passar lentamente através do filtro nas mãos do branco. Não se trata de recuperar a massa, mas de selecionar elementos de escol. O nosso inquérito permitiu-nos ver, na mobilidade profissional do negro, muitas vezes um desejo de subir. Mas a subida é fácil só até um certo degrau. Meninos que começaram como engraxates ou portamarmitas aprendem um ofício, tornam-se aprendizes de marceneiro, de alfaiate ou de electricista. Acabam profissionais. Depois disso, a infiltração torna-se mais difícil, é preciso ter uma certa instrução, diploma. O SENAC, organização de iniciativa dos comerciantes, com a função de elevar o nível cultural dos empregados no comércio, durante algum tempo usou uma ficha de registro de menores, candi-

dados a emprego, na qual havia a indicação da cor do interessado. Em virtude das dificuldades surgidas com referência a essa indicação foi ela posteriormente suprimida das fichas. O nosso inquérito revelou também as variações dos ideais dos pretos, as flutuações da sua busca profissional. É assim que, se dantes o seu sonho era tornar-se funcionário público, sendo que os mais instruídos tiravam diploma de contador, hoje perceberam que o funcionário é mal pago e, quando é de cor, tem problemas particulares, e viram que um contador dificilmente arranja emprego, que é barrado em muitas organizações e que lhe é difícil encaixar-se na sociedade branca.

Assim a infiltração nem sempre se faz pelas mesmas vias, mas segue as da menor resistência, tateia para abrir caminho por onde sente uma certa fragilidade. Como a água, que ataca a matéria tenra e deixa substituir a parte dura da pedra, o negro procura as partes moles para atacar por aí de preferência. E foi assim que vimos formar-se sucessivamente, acima da plebe, um proletariado de cor composto de operários semi-especializados; acima deles, uma pequena classe média e, finalmente, uma elite negra.

Numa grande proporção, a ausência de tensões raciais demasiado brutais provém dessa infiltração, pois o negro que subiu um pouco está, como o provam as respostas que recebemos, satisfeito com sua sorte. Pode mesmo esperar um destino melhor para os filhos, se ganhar o suficiente para dar-lhes instrução. Quanto ao branco, entre-abre ou fecha as comportas segundo os seus interesses de camada dominante, de modo a fiscalizar sempre o movimento, a impedir crises, sem, todavia, sentir-se ameaçado.

## A LUTA CONTRA O PRECONCEITO DE CÔR (\*)

O preconceito de cor representa uma espécie de "dimensão incômoda" do sistema sócio-cultural brasileiro. Na verdade, se todos não o desaprovam abertamente, pelo menos são poucos os que têm coragem de confessar que o praticam ou que o consideram "justo" e "necessário". É patente que nem os brancos, nem os indivíduos de cor se sentem à vontade quando se discutem as diversas modalidades de manifestação do preconceito e da discriminação com base na cor. E é claro que todos prefeririam ignorar a natureza, o alcance e os efeitos reais das restrições que afetam os negros e os mulatos.

Apesar disso, as relações contra a exteriorização do "preconceito de cor" chegaram a alcançar alguma consistência, particularmente no "meio negro". Neste capítulo, limitamos a nossa atenção ao estudo das reações espontâneas que parecem repercutir na dinâmica das relações raciais e da reação legal, que se somou àquelas e tinha por fim o domínio formal de determinadas manifestações "do preconceito de raça ou de cor".

### 1) REAÇÕES ESPONTÂNEAS CONTRA O PRECONCEITO DE CÔR:

As reações espontâneas contra o preconceito de cor têm-se desenvolvido tanto entre os "brancos", quanto no "meio negro". Mas elas só assumiram a forma de movimentos sociais neste último, pois nele é que se encontram as pessoas prejudicadas direta ou indiretamente por suas manifestações. Em conjunto, ambas as reações têm produzido efeitos sociais construtivos. Uma, por conterem as orientações de conduta dos "brancos" dentro de certos limites; as outras, porque estimulam as atitudes inconformistas dos negros e dos mulatos, contribuindo seja para combater o sentimento de inferioridade dos indivíduos de cor (1), seja para uni-los através da consciência social de interesses comuns.

(\*) Capítulo redigido por Florestan Fernandes.

(1) Sobre o sentimento de inferioridade dos negros e dos mulatos e sua ligação com o preconceito de cor, cf. especialmente os estudos de Virgínia L. Bicudo, *Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo*, in *Sociologia*, Vol. IX n. 3, págs. 195-219 (esp. págs. 216-217); Roger Bastide, *Introdução ao Estudo de Alguns Complexos Afro-Brasileiros*, op. cit., esp. pág. 44 e sets.

A pressão exercida pelos ideais de integração nacional acima das diferenças raciais, muito importante em um país de formação étnica tão heterogênea, como o Brasil, e de igualdade fundamental entre todos os brasileiros, está na base mesma do estado de opinião, que prevalece entre os brancos, contrário às medidas ostensivas de discriminação econômica ou social com base na cor e à exteriorização do preconceito de cor. Essa pressão é suficientemente forte para criar e suportar o sentimento generalizado pelo qual a exteriorização de atitudes desfavoráveis aos "indivíduos de cor", em particular diante deles, constitui "falta de educação" e representa um comportamento "pouco digno". Graças a esse sentimento, os brancos nativos se impõem certos valores morais, que os ligam indubitavelmente aos seus "irmãos de cor", como se diz vulgarmente. Um deles consiste na expectativa dos "estrangeiros" se conformarem com os padrões tradicionais de tolerância racial. Várias pessoas entrevistadas, pertencentes a diversas categorias sociais, revelaram a sua indignação diante de fatos conhecidos de rejeição acintosa de negros e mulatos em organizações "estrangeiras" ou em círculos sociais constituídos por imigrantes e por seus descendentes. Parece-lhes que, nesse ponto, tais atitudes equivalem a ostentações de atitudes de desprezo para com os brasileiros. A reação mais corrente se exprime através da idéia seguinte: "se os estrangeiros não estão satisfeitos, que se mudem". Outro, diz respeito a uma espécie de obrigação tácita que os brancos se impõem, a qual traduz a influência do antigo padrão de sua relação assimétrica com os negros: julgam-se no dever de "dar a mão" aos indivíduos de cor, de dispensar-lhes "proteção" ou "apoio", quando procurados para esse fim. As pessoas de cor começam a insurgir-se contra semelhante manifestação de "piedade" dos brancos. Mas, é evidente que corresponde ela a um sucedâneo das atitudes de solidariedade interracial, que não encontraram condições para desenvolver-se organicamente, por causa das consequências sociais da escravidão e da dominação senhoreal.

Por fim, embora parem dúvidas no espírito dos brancos — alguns não sabem se não seria melhor para os negros a existência de uma situação comparável à que enfrentam os negros norte-americanos — é decidida a oposição contra os que agitem a animosidade nas relações entre os dois grupos raciais ou propugnem por sua completa separação. É certo que esta atitude tem prejudicado a compreensão dos movimentos sociais dos negros. Assim, não faltou quem encarasse o Congresso da Mocidade Negra Brasileira como uma manifestação politicamente alarmante e perigosa (2). A idéia

(2) Cf. comentário de réplica, escrito por Vicente Ferreira, em *O Clarim d'Alvorada*, órgão da imprensa negra paulista, São Paulo, 9/VI/1929, n. 17, pág. 2.

de que "os negros não têm nenhuma reivindicação a fazer" surgiu na ocasião e continua a ser aplicada aos movimentos ou reuniões posteriores. Contudo, a atitude em questão assume polarizações que redundam em maior aproximação racial. De um lado, agita entre os brancos sentimentos de lealdade para com a ordem social vigente, colocando a opinião pública "ao lado dos oponentes de qualquer forma de discriminação racial" (3) e obrigando os homens públicos a tomar conhecimento da conveniência de regular formalmente as garantias de igualdade jurídica e política perante a lei. Isto explica o progresso nítido que se evidencia nas estipulações contidas na Carta Magna do país, no que concerne ao combate do preconceito de cor. A Constituição de 1891 dispunha apenas: "Todos são iguais perante a lei. A República não admite privilégios de nascimento, desconhece os foros de nobreza, e extingue as ordens honoríficas existentes e todas as suas prerrogativas e regalias, bem como os títulos nobiliárquicos e de conselho" (art. 72, § 2.º). A Constituição de 1934 é bem mais clara, a respeito dos tópicos que nos interessam: "Todos são iguais perante a lei. Não haverá privilégios, nem distinções, por motivo de nascimento, sexo, raça, profissões próprias ou dos pais, classe social, riqueza, crenças religiosas ou idéias políticas" (art. 113, alínea I). A última Constituição (de 1946), proíbe finalmente de maneira expressa o preconceito de raça: "Todos são iguais perante a lei (...). Não será, porém, tolerada propagação de guerra, de processos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classe" (art. 141, §§ 1.º e 5.º) (4). De outro lado, como as mesmas atitudes são partilhadas de maneira uniforme por "brancos" e "negros" nativos, elas se refletem nos movimentos de protesto dos indivíduos de cor, confinando a esfera de antagonismo às restrições impostas pelas gradações da cor da pele. Daí resulta que esses movimentos procuram defender abertamente uma integração mais homogênea do negro na vida social do país, em vez de assumir tendências de segregação racial. No Manifesto do Congresso da Mocidade Negra Brasileira estabelecia-se claramente: "O problema do negro brasileiro é o da integralização absoluta, completa, do negro, em "toda" a vida brasileira (política, social, religiosa, econômica, operária, militar, etc.); deve ter toda formação e toda aceitação em tudo e em toda parte, dadas as condições competentes, físicas, técnicas, intelectuais e morais, exigidas para a "igualdade perante a lei" (5). Afirmações

(3) Emilio Willems, *Race Attitudes in Brazil*, art. cit., pág. 406; cf. também pág. 408. A análise refere-se a São Paulo.

(4) A. Coelho Branco Filho (ed.), *O Brasil e seus Regimes Constitucionais*, op. cit., respectivamente págs. 174, 143 e 33-34.

(5) Cf. *Mensagem aos Negros Brasileiros*, assinada pela Comissão Intelectual do Congresso da Mocidade Negra Brasileira, e escrita por Arlindo Veiga dos Santos; in *Clarim d'Alvorada*, 9/VI/1929; grifada no texto. A mesma afirmação consta do *Manifesto da Gente Negra Brasileira*, feito em nome da *Frente Negra Brasileira*, por seu presidente geral, Arlindo Veiga dos Santos, São Paulo, 2/XII/1931 (pág. 3).

paralelas ocorrem nos escritos dos principais mentores desses movimentos. José Correia Leite, por exemplo, assevera em Alvorada: "Estamos lutando para um levantamento integral do negro brasileiro; pela sua estabilidade econômica, cultural e social. Lutamos para que esses princípios sejam plantados e arraigados no fortalecimento de nossa compreensão espiritual" (6); no mesmo periódico, Raul Joviano Amaral defendia idênticos pontos de vista: "Então, antes de falarmos nos clubes ou escrevermos nos jornais, mais construtivo nos parece combater o preconceito por meio mais hábil: a ação. A ação no sentido de mostrar a cada Negro que deve melhor aproveitar o seu dinheiro; que deve procurar instruir-se, fazer-se hábil trabalhador, respeitar as individualidades dos seus próprios irmãos; que deve interessar-se pelo destino dos filhos; que deve educá-los e instruí-los; que deve ter e dar aos seus uma profissão digna e lícita; que deve velar pela segurança da família, fazendo compreender a enorme responsabilidade que cabe à mulher; que esta deve ser respeitada e protegida no que tem de mais sagrado; que deve formar instituições úteis ao seu desenvolvimento social; de amparo, de proteção, de assistência, de recreações, etc.". "Parece-nos, pois, que formando uma coletividade altamente moralizada, progressista e respeitada, uma colmeia digna, útil e trabalhadora, o preconceito por si só se atenuará. É prevenindo as novas gerações, é educando-as para uma vida nobre e mais sadia, mais independente e mais moralizada, mais esclarecidos os seus componentes em seus direitos e deveres de cidadãos e patriotas, que estaremos trabalhando pela integração do Negro na sociedade e contribuindo para redimir-nos das culpas que nos cabem pela nossa ociosidade no terreno social". (7). Em outro artigo, afirma Luís Lobato: "Sim, é preciso que os negros se organizem, sem, contudo, cair no isolacionismo que geraria o racismo" (8). No Manifesto à Gente Negra Brasileira, falando em nome da Frente Negra Brasileira, Arlindo Veiga dos Santos condena a transferência do modelo norte-americano para o Brasil: "Repelimos todos os patrícios que, errados, queiram transportar para o Brasil o problema negro ianque de luta de ódio contra o branco. Não é esse feitio o nosso. Reopilamos a concepção norte-americana, fruto da mentalidade, no fundo anticristã, daquele povo. Não queremos uma segregação da vida nacional, senão uma afirmação nacional do Negro, uma integração real e leal" (9).

Todavia, os ideais de integração nacional acima das diferenças raciais e da igualdade fundamental entre todos os brasileiros se

(6) José C. Leite, *Porque Lutamos*, in *Alvorada*, São Paulo, 28/IX/1946, pág. 7.

(7) Raul J. Amaral, *Rumos e Diretrizes*, in *Alvorada*, São Paulo, janeiro de 1947 (Ano II n. 16), pág. 3.

(8) Luís Lobato, *Os Negros Devem Organizar-se*, *Alvorada*, São Paulo, junho de 1947, Ano II n. 24, pág. 6.

(9) Arlindo Veiga dos Santos, loc. cit., págs. 7-8.

refletem nas orientações de conduta dos brancos como formas de controle das relações raciais desenvolvidas e regulamentadas socialmente. Por isso, as atitudes que se polarizam em torno desses ideais, por mais favoráveis que sejam aos "indivíduos de cor", tendem fatalmente a assumir a defesa do sistema de acomodações raciais existente. Elas não penetram nos aspectos negativos ou insatisfatórios das relações entre negros e brancos; por conseguinte, não abrem perspectivas críticas na autoconsciência dos motivos e dos efeitos sociais das ações destes em face daqueles. A concepção de que "o negro não tem nenhuma reivindicação a fazer", em São Paulo, possui assim um complexo fundamento sócio-cultural e constitui uma manifestação sincera por parte dos brancos, que não encontram em sua cultura explicação que permita tomar consciência da discriminação e do preconceito com base na cor como um problema social.

A situação que se desenha no "meio negro" é completamente diversa. Enquanto se mantiveram as condições de existência social, criadas no antigo mundo rural, pela escravidão e pela dominação senhoreal, não se formaram canais de "protesto social". Os desapontamentos e as insatisfações dos negros e mulatos não encontravam formas de expressão coletiva. Ao contrário, de acordo com os padrões vigentes de tratamento interracial, os desapontamentos e as insatisfações precisavam ser dissimulados ou resolver-se através de soluções de caráter estritamente pessoal (abandono do Estado, alcoolismo, evitação de certas pessoas brancas, isolamento, suicídio, etc.), variáveis portanto de um indivíduo para outro. Mas, com a progressiva assimilação dos negros e dos mulatos à ordem social produzida pelo regime de trabalho livre e pelo sistema de classes, começaram a surgir na população negra e mestiça da cidade tendências para a elaboração social e a expressão coletiva dos sentimentos provocados pela desigualdade econômica e social das duas "raças" e pelas manifestações da discriminação e do preconceito com base na cor. Além disso, o que é mais importante, as orientações de conduta polarizadas em torno dessas tendências adquiriram desde logo uma alta potencialidade inconformista, aplicando-se ao mesmo tempo contra a dissimulação, por parte dos brancos, e contra a capitulação passiva, por parte dos negros e dos mulatos. Os ideais de integração nacional acima das diferenças raciais e de igualdade fundamental entre todos os brasileiros sofreram no "meio negro" uma reelaboração cultural, que se caracteriza pela eliminação das inconsistências ocultas atrás de ambas as noções, nas atitudes dos brancos, e pelo desdobramento da perspectiva crítica, pois alimenta avaliações em que não são poupados nem os "brancos" nem a "raça negra" (como exemplificam, aliás, as transcrições feitas acima). Embora seja inegável a preocupação de supervalorizar o

papel histórico da "raça negra", a verdade é que os elementos dinâmicos da nova ideologia nascem da crítica dos aspectos negativos e insatisfatórios das relações dos negros com os brancos e da definição do "preconceito" como um problema social. Por isso, as reações espontâneas contra o preconceito de cor não se confundem, no "meio negro", com a defesa do sistema de acomodações raciais existente. Têm elas um sentido radical e, por sua própria natureza, operam como força de solapamento e de desmoralização dos padrões de comportamento e dos valores sociais, que interferem na integração dos negros e dos mulatos às classes sociais e que contribuem para perpetuar o sistema de acomodações raciais herdado do passado.

A emergência e a canalização social do "protesto negro" contra as manifestações da discriminação e do preconceito com base na cor constituem um fenômeno recente, cuja explicação se encontra nas transformações operadas na situação dos negros e dos mulatos na sociedade paulistana. A análise desenvolvida no capítulo II demonstra que, no passado, não existiram condições sociais que permitissem a formação de movimentos ou de associações de negros; a constituição de laços de solidariedade moral, o peneiramento e a atuação de líderes negros ou mulatos, a luta coletiva por interesses sociais imediatos ou futuros, eram igualmente prejudicados, de forma irremediável, pelo estado de anomia em que sempre viveu uma parte considerável da população de cor ou pela posição heteronômica a que se viam reduzidos os indivíduos de cor, que usufruíam as vantagens da vida social organizada. Durante o período de transição, que se inicia com a Abolição e vai, aproximadamente, até 1930, não se criaram condições que neutralizassem completamente as forças e as pressões sociais que impediam a integração dos indivíduos de cor em movimentos coletivos independentes. Todavia, surgiram, particularmente a partir do segundo quartel deste século, algumas condições favoráveis à formação de pequenos grupos e de associações capazes de agitar a necessidade de união para atingir "a elevação moral, intelectual e social da raça negra". Entre essas condições, cumpre ressaltar o relaxamento da coerção exterior, exercida sobre as pessoas de cor quase indiscriminadamente; as possibilidades de peneiramento de líderes mais ou menos leais aos interesses sociais e aos ideais de "elevação moral, intelectual e social da raça negra"; e o aparecimento de canais de protesto, que serviram ao mesmo tempo como meios de atuação dos líderes e de arregimentação das massas.

No passado, o escravo representava, como já foi indicado em outra parte deste trabalho, um inimigo natural da ordem pública. A repressão às atividades sediciosas dos escravos e, principalmente, às ações rebeldes dos escravos fugidos e reunidos em quilombos,

sempre foi uma preocupação dos senhores, bem como da polícia colonial e imperial. As condições em que ocorreu a desagregação do regime servil não deram origem, senão esporadicamente<sup>(10)</sup>, a conflitos entre negros e brancos de consequências fatais. Porém, o pauperismo e os fenômenos patológicos, que afetaram a população de cor da cidade, contribuíram para perpetuar certas representações antigas, desfavoráveis às pessoas de cor ("o negro é vagabundo", "negro é cachaceiro", "negro é ladrão", "negra é mulher atoa", etc.), e para manter velhas desconfianças dos brancos. Daí a orientação da polícia, de reprimir a "vadiagem" ou a "prostituição" através da prisão dos indivíduos de cor encontrados perambulando pelas ruas ou agrupados nas esquinas ou botequins. Pouco a pouco, as violências resultantes dessa orientação foram-se atenuando, até que se passou a prender apenas os indivíduos de cor com precedentes criminosos, como se procede com relação aos brancos<sup>(11)</sup>. Segundo o testemunho das pessoas entrevistadas para esse fim, a transformação das formas de repressão às atividades dos indivíduos de cor acarretou uma mudança considerável nas perspectivas de agrupamento deles entre si, permitindo que se unissem publicamente, onde quisessem, para discutir seus problemas. Observa-se, ainda, que não foram poucas as pessoas que procuraram, deliberadamente, "quebrar o medo" dos companheiros e reeducar os brancos, na apreciação da "conduta" dos negros e dos mulatos. Organizavam clubes recreativos e promoviam reuniões sociais "distintas", que evidenciavam o decôro e a educação das pessoas de cor. Não há dúvida em que a possibilidade de agrupamento e os estímulos que conduziam à intensificação da vida social dos negros entre si representam um passo muito importante na formação das condições que iriam determinar a eclosão dos movimentos sociais no "meio negro".

(10) Os depoimentos históricos mostram que a Abolição se processou pacificamente em São Paulo, embora tivessem ocorrido alguns conflitos nas fazendas, localizadas no interior, quase sempre por causa da incompreensão ou de violências dos senhores (cf. Maria Paes de Barros, *No Tempo de Dantes*, op. cit., págs. 130-134; José Maria dos Santos, *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*, cap. XII; Dr. Antônio Manuel Bueno de Andrade, *A Abolição em São Paulo. Depoimento de uma Testemunha*, in *O Estado de São Paulo*, 13/V/1918; cf. também as notícias estampadas: in *A Província de São Paulo*, de 17 a 25 e 31 de maio de 1888 e em 5 de junho do mesmo ano; in *Correio Paulistano*, de 18 a 26 e 30 e 31 de maio de 1888; *Relatório Apresentado à Assembleia Legislativa Provincial pelo Presidente da Província Dr. Pedro Vicente de Azevedo no dia 11 de janeiro de 1889*, op. cit., pág. 144). Informações obtidas diretamente, revelam que, em certos lugares (no interior do Estado), os ex-escravos aplicaram correções aos seus antigos senhores que se mostraram maus no tempo do cativeiro; reuniam-se em pequenos grupos e tocavam, à noite, até conseguirem dar uma surra nos seus ex-algozes. Os dados em questão foram fornecidos por pessoas brancas.

(11) Segundo informantes fidedignos do meio negro, a transformação dos meios de repressão policial só se fez notar acentuadamente depois de 1930, com a cessação das arbitrariedades mais graves. Aliás, no interior do Estado o rigor parece ter sido maior, em determinadas zonas. Além dos abusos, relatados em outra parte deste trabalho, praticados nas pessoas dos manumitidos, pelos agentes da ordem pública, sabe-se que em algumas localidades, como na Vila de São Pedro, em Piracicaba, por exemplo, as autoridades deram ordem às praças de polícia de não consentirem pretos à noite pelas ruas da vila e que aos domingos só fossem consentidos na vila até ao meio-dia. (In *A Província de São Paulo*, 2/VI/1888).

Esses fatos marcam o início de uma nova era na congregação das pessoas de cor. Embora subsistissem as rixas, as prevenções e os sentimentos de desconfiança nas relações dessas pessoas (o que se nota ainda hoje, e o que se explica facilmente através do passado do negro em São Paulo), a verdade é que a transformação apontada ofereceu a própria base material para a constituição das associações, que iriam dedicar-se ao combate do "preconceito de cor" e à defesa dos direitos sociais da "gente negra".

O peneiramento de líderes identificados com os interesses do grupo a que pertenciam processou-se em conexão com as flutuações da integração dos negros e dos mestiços às classes sociais. De um lado, o incentivo de "passar por branco" perdera uma parte do seu poder coativo. Mesmo mulatos claros, alguns bachareis, preferiram integrar-se aos movimentos sociais que se esboçavam no "meio negro", em vez de definirem a sua lealdade para com os valores e os interesses sociais dos brancos. De outro lado, surgiram pessoas aptas para o exercício intelectual da liderança. Entre elas tanto havia os que eram formados por escolas superiores ou profissionais (principalmente advogados, contadores e dentistas), quanto autodidatas, "sem escola", mas inteligentes e de notável integridade moral. Por fim, parece que as circunstâncias favoreceram o peneiramento de determinadas personalidades, qualificadas para influenciar os companheiros, conquistando-os para a causa da união dos negros em torno de ideais de luta e de autoafirmação da "raça negra". Pelo menos, um dos documentos de que dispomos esclarece o seguinte: "Os movimentos de negros adquirem, na década de 30, um conteúdo novo. De fato, se já podiam ser notadas, na ação do Clarim d'Alvorada, no Palmares, na tentativa de realização de um Congresso da Mocidade Negra, intenções de reivindicação de um grupo que até então vivera à margem da sociedade, é só na referida década que procuraram os negros arregimentar a sua massa para conseguir maior eficiência na efetivação dessas reivindicações. Para isso concorreu, ao lado das transformações sociais expressas nos fatos apontados na parte anterior, "a não concretização das esperanças que os negros depositavam na revolução de 30". "As condições de vida dos negros, pouco satisfatórias até então, agravaram-se com a crise de 29, que fez grassar entre eles o desemprego. Este fato criou uma situação favorável para a emergência de um movimento reivindicatório, ao deixar sem ocupação elementos em condições de estabelecer o contacto entre elite e massa, elementos que, por sua vez, encontraram campo favorável para a ação, num meio descontente com o desemprego". Nesse sentido, a descrição que o depoente faz dos cabos, isto é, "daqueles que tinham o encargo de sair pelos bairros à procura de partidários", é bastante sugestiva: "eram desempregados em virtude de uma situação de paralização

do trabalho, viviam com dificuldades, e abraçaram com entusiasmo esse encargo; tinham também interesse nessa atividade, pois os inscritos pagavam 1\$000 por mês e nem todos os cabos eram fiéis — no fim de um dia de trabalho sempre davam uns 5\$000 ou 6\$000" (12).

A formação de clubes e associações no "meio negro" data de 1915, tendo-se intensificado por volta do período de 1918-1924. As organizações aparecidas não visavam, porém, a "arregimentação da raça", propondo-se somente fins "culturais e beneficentes" (13). A evolução naquele sentido se operou naturalmente, depois de 1927, em algumas dessas associações, sob a pressão da própria situação econômica e social do negro em São Paulo. Tomemos por exemplo o Centro Cívico Palmares: "A finalidade nitidamente cultural com que surgiu — organização de uma biblioteca — foi superada por força das condições em que vivíamos, passando essa sociedade a ter papel na defesa dos negros e dos seus direitos" (14). Outras organizações, nascidas no ambiente criado pela incipiente afirmação coletiva do elemento negro, aparecem com propósitos mais definidos e combativos. A Frente Negra Brasileira, por exemplo, que se constituiu em 1931, propunha-se a "congregar, educar e orientar" os negros do Estado de São Paulo. Em um documento intitulado Frente Negra Brasileira. Suas Finalidades e Obras Realizadas, distribuído mais de cinco anos depois de sua fundação, afirma-se sobre cada um desses tópicos, respectivamente: "A Frente Negra está congregando todos os homens da raça, qualquer que seja a sua condição, e tem desfeito essa visão errônea do panorama da vida, que dominava as várias correntes até então existentes" [no "meio negro"]; "o escopo de nossa organização é cuidar da educação coletiva, quer entre adultos, em vários graus e aspectos, como, e principalmente, entre as crianças, desde o curso primário até as noções necessárias ao alto padrão de conhecimentos para as lutas cotidianas do trabalho"; "... o nosso escopo é orientar para [o negro] reconquistar um lugar que é seu, mas não lhe deram. Orientar para que, como outros elementos raciais, ele possa ter uma vida mais produtiva e compensada, mais ritmada com os benefícios que o trabalho produz. Orientar para que ele possa gozar da mais ampla regalia que a lei concede". Ao mesmo tempo, essa organização desenvolvia um trabalho pertinaz de propaganda contra o preconceito de cor e de amparo moral aos associados. Eis como vem descrita, numa novela, a ação propagandista de agitadores fretenegrinos: "Um orador negro, feroso, sentenciava: — É urgente o trabalho de redenção do

(12) *Movimentos Sociais no Meio Negro*, monografia organizada pelo nosso pesquisador Renato Jardim Moreira, com dados, indicações e depoimentos do sr. José Correia Leite; em Ms., págs. 13-14.

(13) *Idem*, pág. 4.

(14) *Idem*, pág. 7.

negro-brasileiro! Completar o 13 de Maio! Precisamos salvar a nossa Gente das mil desgraças em que vive. Salvação espiritual, salvação moral, salvação mental, salvação econômica, salvação física. Contra todo preconceito: do branco contra o negro e também (ouvi, meus senhores!) DO NEGRO CONTRA O BRANCO! Porque, minhas senhoras e senhores, também este, o preconceito do negro contra o branco, embora mais raro, pode existir e frequentemente existe" (15). As intervenções da Frente Negra Brasileira na cobrança dos ordenados de associados demitidos injustamente do serviço ou na correção de locatários que se recusavam a receber inquilinos de cor ou os despejavam abruptamente, bem como em outras complicações com que o negro se defronta cotidianamente, criou o sentimento de que "os negros já tinham quem os protegesse" (16), o qual determinou um crescimento numérico extraordinário do número de associados e deu alento aos incentivos de congregação racial. De acordo com um testemunho fidedigno, "diziam, mesmo: agora sim nós temos quem nos defenda, ou dirigindo-se aos italianos: agora não são só vocês que têm os cônsules, nós também, os negros, já temos um consulado para defender nossos interesses" (17).

Evolução paralela se verificou com a imprensa negra da cidade. Os primeiros jornais negros, publicados entre 1915 e 1922, assumem uma orientação literária (18). Mas, logo, se tornam "um órgão de educação" e um "órgão de protesto", por causa dos problemas sociais que afligiam as pessoas de cor, que formavam o seu público (19). O Clarim d'Alvorada, por exemplo, aparece "em janeiro de 1924 com pretensões puramente literárias"; transformou-se, entretanto, "um ano depois, num jornal doutrinário e de luta, por força da colaboração que recebia" (20). Os jornais que saíram a lume depois dessa data submetiam-se à influência direta dos novos ideais de "levantamento moral, intelectual e social da raça negra", dedicando-se por isso com insistência ao combate do preconceito de cor e à defesa

(15) Arlindo Veiga dos Santos, *O Esperador de Bondes* (Novela), Estabelecimento Gráfico Atlântico, São Paulo, 1944, pág. 51. O trecho foi reproduzido como está no original.

(16) Conforme dados e informações prestadas diretamente, em diversas ocasiões, pelo sr. Arlindo Veiga dos Santos, que desempenhou durante algum tempo o cargo de presidente da Frente Negra Brasileira.

(17) Conforme depoimento do sr. José Correia Leite, in *Movimentos Sociais no Meio Negro*, cit., pág. 15. Esse depoimento é corroborado pelas informações obtidas do sr. Arlindo Veiga dos Santos. Na exposição acima, usamos dados fornecidos pelos pesquisadores Renato Jardim Moreira, Fernando Henrique Cardoso e Ruth Villalça Correia Leite, sobre as associações negras de São Paulo e os movimentos que elas desencadearam ou os seus objetivos.

(18) Cf. Roger Bastide, *A Imprensa Negra do Estado de São Paulo*, in Boletim CXXI da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, passim; José Correia Leite, *História da Imprensa Negra em São Paulo — 1916 a 1926* in *Alvorada*, 13/V/1947, Ano II n. 20, págs. 5 e 6.

(19) Cf. Roger Bastide, op. cit., págs. 51 e 55.

(20) Cf. Depoimento do sr. José Correia Leite, in *Movimentos Sociais no Meio Negro*, cit., págs. 3-4.

dos direitos sociais dos negros. Alguns deles, mesmo, como A Voz da Raça e Alvorada, desempenhavam a função de órgãos de movimentos consagrados a êsses objetivos. Daí o caráter de imprensa adicional, que a imprensa negra tomou e o seu tríplice desdobramento, como instrumento intelectual de reivindicação, de solidariedade e de educação: "de reivindicação, contra tudo o que seja em detrimento da elevação do brasileiro de cor; de solidariedade, porque somente a união poderá quebrar o preconceito de cor; de educação, porque o preto só subirá com mais instrução e mais moralidade, e com mais confiança no seu próprio valor" (21).

No capítulo anterior, vimos como o ressentimento criado pelas manifestações abertas ou dissimuladas da discriminação e do preconceito com base na cor se ligam a motivação dos movimentos sociais, que se desenvolveram no "meio negro". Agora, chegou a ocasião de apontarmos não as origens psico-sociais mas a função social desses movimentos. Parece-nos que eles preenchem necessidades sociais bem determinadas: as que resultam da integração do elemento negro ao regime de trabalho livre e ao sistema de classes sociais. É evidente que os móveis e os valores sociais, incorporados à ideologia que se elaborou em torno do combate ao preconceito de cor e da luta pela "elevação moral, intelectual e social da raça negra", não correspondem a um estímulo fundamental de "imitar os brancos". As orientações básicas que caracterizam essa ideologia se associam a impulsões sociais que, ao contrário, traduzem a formação de ideais independentes de existência social, que não teriam razão de ser (na forma em que se atualizam), no setor branco da população. Êsses ideais sublinham a dignidade do trabalho e sua importância como fonte de independência ou de segurança econômicas; esclarecem que os homens têm obrigações morais para com as mulheres, devendo respeitar e enobrecer a "mãe negra", e que os pais devem cuidar do futuro dos filhos; insistem na necessidade da acumulação de bens, como condição para a ascensão social; apontam os meios de ascensão social que os negros devem utilizar, através do "esforço pessoal", dando grande relevo à escolaridade nos diversos graus e níveis do ensino; defendem a constituição regular dos laços matrimoniais e um padrão altamente decoroso de vida social, independentemente do nível de renda de cada um; valorizam a importância histórica da "raça negra" e a formação de laços de solidariedade racial, tendo em vista o alargamento das oportunidades dos negros na competição com os brancos e não a segregação racial; por fim, consagram o princípio de que "o negro não é inferior ao branco", já que pode desempenhar as mesmas ocupações que êle com idêntico êxito, tendo antes que vencer obstáculos muito

(21) Cf. Roger Bastide, op. cit., pág. 78.



maiores. Em suma, êsses são ideais que refletem concomitantemente o passado e o presente dos negros. Eles desvendam o sentido dos movimentos sociais que se operaram ou que estão em pleno processo no "meio negro". São movimentos que procuram libertar os negros de uma herança social incômoda e aniquiladora, a qual dificulta e impede a sua incorporação ao regime de trabalho livre e ao sistema de classes sociais, substituindo-a por valores sociais novos, coerentes com a configuração emergente da vida social urbana.

Por isso, os movimentos sociais dos negros não podem ser confundidos, quanto aos seus efeitos, com as reações espontâneas dos brancos contra o preconceito de côr. Eles correspondem a necessidades sociais que não poderão ser preenchidas nas condições de ajustamento proporcionadas pelo atual sistema de acomodações raciais. E se eles não puderam provocar uma transformação radical desse sistema, é inegável que já produziram, no "meio negro", mudanças apreciáveis no que concerne à consideração das atitudes dos brancos para com os negros a à objetivação de novos ideais de vida. Assim, eles contribuíram poderosamente para quebrar o "tabu da côr", o medo que os negros e os mulatos tinham de não serem considerados como "brancos", de não serem tratados como "brancos" ou de serem chamados "negros". Enfim, ajudaram a criar uma atitude mais natural diante dos assuntos relacionados com a côr. E é preciso não esquecer que esta atitude está na raiz mesma de qualquer reação construtiva dos negros contra as manifestações da discriminação e do preconceito com base na côr. Sômente ela é que permitiu que os verdadeiros prejudicados tomassem uma consciência mais clara da situação do negro em São Paulo e dos meios para transformá-la. Embora a difusão da referida atitude tenha sido lenta, nota-se que as personalidades influenciadas pelos movimentos sociais já realizados, como o da Frente Negra ou o da Associação dos Negros Brasileiros, dão exemplos contagiosos no seu meio, de discussão franca e corajosa das restrições associadas à côr e do modo de combatê-las. O importante é que essa atitude constitui um índice de autonomia mental dos negros, pois implica em uma dupla rebelião nas suas relações tradicionais com os brancos. Primeiro, ela se associa, na conduta dos líderes na agitação de semelhantes problemas, ao combate aberto à subordinação irrefletida ou sem limites à influência dos brancos. Eles perceberam depressa, como atesta o seguinte depoimento, que os brancos faziam pressão contra a congregação dos negros e os valores que lhe davam sentido: "muitas famílias negras permaneceram ligadas aos seus ex-senhores, procurando-os comumente para pedir conselhos quando precisavam tomar decisões. As tentativas de organizar-se em movimentos eram infrutíferas porque os senhores diziam que isso era bobagem, que

nesta terra todos são iguais" (22). Por isso, trataram de destruir a dependência em que os companheiros se colocavam em face dos brancos e procuraram desmoralizar, por todos os meios acessíveis, os "negros capangas de políticos" ou "bajuladores de brancos". Segundo, ela traz consigo maior segurança e equilíbrio nas auto-avaliações. Não porque leve os negros que a aceitam a reagir de maneira mais realista às manifestações do preconceito de côr; mas porque destroi a dupla perspectiva, sob a qual o negro se via forçado a avaliar as próprias ações e os seus efeitos. Nos casos das experiências negativas, as avaliações dos negros nem sempre coincidião com as dos brancos; entretanto, aqueles se conformavam com as razões que êstes formulavam ou deixavam simplesmente subentendidas. A agitação produzida pelos movimentos sociais no "meio negro" deu origem à questão: "Quem está com a razão?" (23). É claro que as dúvidas deixaram de existir para os que passaram a compartilhar das explicações fornecidas pelos líderes dos movimentos. Em seu lugar, surgiu a convicção de que as causas dos malogros, dos imprevistos desagradáveis ou das rejeições estavam fora de si, emanando dos preconceitos dos brancos.

Os resultados da presente exposição nos permitem assinalar, também, as duas funções desempenhadas pelos movimentos em questão no meio imediato em que operavam. De um lado, eles introduziram sentimentos de autonomia em face dos brancos e de lealdade para com as pessoas da mesma côr. Na escala em que isso se produziu, não há dúvida em que foi uma grande inovação na vida social dos negros. Se o fluxo daqueles movimentos continuasse com o mesmo ímpeto, ali estavam os germes para o rápido desenvolvimento de um sistema de solidariedade moral com base na côr. Acontece, porém, que a implantação da Ditadura no Brasil (em 1937), acabou refletindo-se na estagnação dos movimentos sociais dos negros. A discontinuidade produzida na ação da propaganda dos líderes e, principalmente, o esfriamento súbito do ambiente de efervescência criado no "meio negro" durante os primeiros anos de atuação da Frente Negra Brasileira, reduziram as proporções e o alcance do processo, restringindo a formação de laços de solidariedade a certos círculos sociais, constituídos por indivíduos

(22) Cf. depoimento do sr. José Correia Leite, in *Movimentos Sociais no Meio Negro*, cit., pág. 1. No mesmo documento ocorrem outras informações sobre essa espécie de resistência oferecida pelas atitudes dos brancos, as quais serão utilizadas adiante.

(23) Essa foi uma questão que nos propôs um contador negro, vivamente atormentado pela dúvida criada em seu espírito quanto à natureza e o sentido das atitudes dos brancos, em face das pessoas de côr. O que há de real atrás da conduta dos brancos: "é o preconceito da côr ou outra coisa?" No primeiro caso, a interpretação corrente no "meio negro" estaria certa; no segundo, ou as explicações dos brancos seriam corretas ou haveria qualquer coisa pior, que os leva a rejeitar ou a evitar contactos com os negros. Via-se que o seu temor se orientava para essa "coisa pior, e que, subjetivamente, preferiria que os motivos da evitação nascessem do "preconceito de côr".

de côr que se mantiveram fiéis aos ideais difundidos no "meio negro" pelos movimentos sociais apontados, embora eles próprios se mostrassem divididos em pequenos grupos antagônicos. De outro lado, aqueles movimentos elaboraram certas atitudes diante das manifestações da discriminação e do preconceito com base na côr, que acabaram engendrando uma espécie de mecanismo de segurança e de defesa nos indivíduos de côr. Como isso ocorreu no momento em que a competição com os brancos entrou numa fase favorável ao elemento negro, por causa da expansão da cidade e da escassez crescente de mão de obra, o referido mecanismo de defesa produziu efeitos que não devem ser desprezados, pois facilitou a recuperação econômica da mão de obra negra. As oportunidades que surgiram no mercado de trabalho eram de natureza a comportar a intensificação do aproveitamento de trabalhadores sem grande treinamento, entre os quais se colocavam, por fôrça das circunstâncias, muitos trabalhadores de côr. Os líderes daquele movimento incitavam os seus seguidores a candidatar-se a toda sorte de empregos e de ocupações, para os quais se julgavam aptos (24). A falta de preparo anterior ou de tirocinio profissional se fez sentir nessa emergência. Por nossas observações, pudemos verificar que nem tôdas as demissões ou rejeições são devidas estritamente à côr. Todavia, a presunção de que os malogros teriam causas exteriores, ligadas com restrições feitas à côr, contribuiu para fazer que os indivíduos afetados conservassem a confiança em si próprios e persistissem nas profissões experimentadas, "indo tentar em outro lugar", acabando assim por adquirir suficiente experiência profissional. O mesmo mecanismo se aplicava em outras ações, o que significa ter sido frutífera, sob este aspecto, a estratégia de esclarecimento e de agitação adotada pelas associações negras.

A análise exposta sugere que os movimentos sociais, desenvolvidos no "meio negro" de São Paulo, foram produzidos por causas sócias e correspondiam a necessidades sociais bem definidas. Os líderes dêsses movimentos, portanto, não fizeram mais do que dar expressão a sentimentos e a anseios gerais, existentes de forma obscura pelo menos em parte da população de côr da cidade. Isso quer dizer que eles não "criaram" artificialmente os objetivos daqueles movimentos, como se asseverou em alguns círculos da população branca. Tiveram, talvez, maior sensibilidade que os companheiros no reconhecimento dos problemas sociais com que se defrontavam os negros e os mulatos aglomerados em São Paulo. E foram, certamente, mais responsáveis que os outros na escolha das técnicas de organização e de agitação, empregadas na "arregimentação da gente negra" e no combate ao preconceito de côr. De fato, os brancos não possuíam, em sua perspectiva histórico-social, elementos que

(24) De acôrdo com informações concedidas pelo sr. Arlindo Veiga dos Santos.

lhes permitissem compreender o sentido e os fins dos movimentos sociais dos negros. Se acreditavam que "o negro em São Paulo não tem problemas", que "entre nós todos são iguais" e que "os negros estão criando sarna para se coçar", é óbvio que deviam desaprovar as atitudes radicais e corajosas assumidas pelos líderes mulatos e negros. Alguns exemplos demonstram que inclusive os intelectuais brancos se mostraram incapazes de fazer um exame objetivo da situação e do que se estava passando, em função dela, no "meio negro". Um intelectual rico, verbi gratia, se dispôs a auxiliar Vicente Ferreira, um dos líderes dos movimentos sociais dos negros, seduzido por sua inteligência e talento oratório. Este disse-lhe que nada pretendia para si, mas que pedia, como um favor, o empréstimo de certa quantia, para financiar a publicação do Clarim d'Alvorada. O ofertante "solicitou uma coleção do jornal em questão, a fim de estudar o assunto; mais tarde, devolveu-a, dizendo que não poderia ajudar os negros a ter um jornal como aquele. Propôs a transformação do Clarim numa revista de ilustração, comprometendo-se a conseguir que a revista fôsse feita por um preço razoável" (25). Outro depoimento, da mesma fonte, é ainda mais esclarecedor: "A dependência econômica dos negros em relação aos brancos diluía o espírito de revolta. É sugestivo, nesse sentido, o seguinte fato: um dos responsáveis pela Frente (Isaltino Veiga dos Santos) quis dar uma entrevista violenta contra os brancos, em um dos jornais da capital, mas o redator objetou, argumentando que êle ia atacar os brancos em um jornal de brancos. Há também a considerar o medo das conseqüências de incentivar os negros à revolta, o qual, pela boca de um deles, assim se expressa: "Se você assanhar todos êsses negros, como é que isso vai ficar?". Ainda, havia negros que depois de assistir às reuniões da Frente, comentavam com brancos as discussões presenciadas e, ouvindo deles que entre nós não eram necessários tais movimentos, nos abandonavam" (26). A conduta de alguns fretenegrinos exacerbava os referidos receios, exteriorizados pelos brancos. Soubemos que, em alguns casos, as relações entre as domésticas de côr e as patroas se tornaram tensas. Aquelas diziam que não precisavam mais "aturar desaforos"; e as segundas enfrentaram dissabores com a Frente Negra Brasileira, pois se viram compelidas a reparar certas "injustiças" que antes praticavam sem medo de represálias. O resultado foi que muitas patroas, ao contratar empregadas de côr, indagavam primeiro se elas eram da Frente Negra Brasileira (27). Como se vê, as

(25) Cf. depoimento do sr. José Correia Leite, in *Movimentos Sociais no Meio Negro*, cit., pág. 11. O nome do ofertante vem declinado no documento de que dispomos, mas não o reproduzimos por ser desnecessário.

(26) Idem, págs. 15-16.

(27) As indicações a respeito foram fornecidas pelo sr. Arlindo Veiga dos Santos, que nos esclareceu, também, que existiam patroas que preferiam contratar empregadas pertencentes à *Frente Negra Brasileira*, por suporem que seriam "negras corretas e de confiança".

diferenças de perspectiva na reação e na desaprovação do "preconceito de cor" opuseram, de certa maneira, os brancos aos negros, dando origem a um incipiente conflito de ideologias e a uma obliteração do horizonte intelectual dos brancos.

Todavia, através da interpretação sociológica, comprova-se que existem tensões sociais no "meio negro", provocadas pelos sentimentos de que os negros não merecem a "consideração" que deviam, por parte do Governo e dos "brasileiros" em geral, pela consciência de que a cor os exclui ou lhes dificulta a ascensão econômica e social, pela convicção, informe nalguns e nítida em outros, de que os brancos fazem "diferenças" no convívio social com as pessoas de cor. Em uma sondagem que realizamos, com o fito de esclarecer esses aspectos da situação do negro em São Paulo, verificamos que essas tensões se refletem generalizadamente nas atitudes dos negros e dos mulatos, produzindo reações muito parecidas com as que se podem encontrar nos discursos ou nos escritos dos antigos líderes dos movimentos sociais pela "elevação moral, intelectual e social da raça negra" e contra o preconceito de cor.

Assim, os resultados obtidos através de entrevistas ocasionais, com negros e mulatos encontrados fortuitamente, demonstram que as duas orientações básicas dos movimentos sociais se reproduzem com frequência nas idéias centrais das pessoas de cor: 1) a aspiração de "subir", pelo trabalho, pelo estudo, pela aquisição de um padrão de vida honorável; 2) a preocupação com as restrições associadas à cor: alguns têm dúvidas quanto à natureza do "preconceito", por causa do contraste entre a situação do negro norte-americano em face do negro brasileiro, mas quase todos conhecem exemplos de rejeição "por causa da cor" (alguns por experiência pessoal) e se inclinam espontaneamente pela oposição direta ou indireta às "atitudes preconceituosas". Os resultados obtidos através de questionários dão margem a três tipos de verificações. Primeiro, é provável que exista uma relação íntima entre a situação econômica atual do negro e a consciência das restrições ligadas com a cor. Como vimos no primeiro capítulo, há um profundo desajustamento no seio da população negra de São Paulo. Acontece, porém, que as profissões a que gostariam de dedicar-se são, em sua maioria, escolhidas de forma realista, tendo-se em vista as profissões exercidas, as possibilidades de aprendizagem no serviço ou em escolas, e a coincidência entre a rápida expansão da economia paulista e a escassez de mão de obra realmente especializada. Como não conseguem ter acesso fácil àquelas profissões, os indivíduos de cor acabam admitindo que a sua origem racial constitui um obstáculo à carreira profissional e que os brancos dão preferência decidida pela

mão de obra branca (28). Segundo, a uma pergunta provocativa, a maioria dos inquiridos respondeu afirmando que a cor restringe as oportunidades dos negros, como se poderá ver pelos seguintes dados:

"Pensa que a cor" (29):

	Mulheres	Homens	Total
a) "limita as oportunidades dos pretos?" ....	77	149	226
b) "não limita as oportunidades dos pretos?" ..	40	86	126
c) "às vezes limita as oportunidades dos pretos?"	8	8	16
d) "limita em parte as oportunidades dos pretos?"	3	10	13

De acordo com as respostas analíticas, apostas aos questionários, ocorrem idéias típicas como as que seguem: a) entre as mulheres — "Não limita, depende da inteligência"; "Depende da sorte, não da cor"; "Sim, quanto mais claro arranja melhor emprego"; "conforme o serviço"; "Sim, [a cor] pode atrapalhar"; b) entre os homens: "Não limita, desde que a pessoa tenha capacidade"; "Não limita, apesar de existir o preconceito"; "Às vezes; isso depende do ofício"; "Depende do patrão"; "Não limita, mas dificulta os homens de cor, os quais, por causa disso, têm que se esforçar mais do que os brancos"; "Limita, há sempre preferência para pessoas brancas". Terceiro, como já foi indicado no primeiro capítulo, esboça-se uma tendência, no "meio negro", de competição com os brancos, mesmo nas ocupações habitualmente encaradas pelos negros como "apanágio da raça branca". Nas respostas aos questionários, os que pensam existir em São Paulo cargos que só são concedidos aos brancos e que os negros devem tentar disputar esses cargos com eles, deram respostas que evidenciam a falta de uniformidade na escolha dos canais de ascensão social, mas que sublinham a valorização imputada a certos meios, definidos em função da nova concepção de vida, e a decadência de antigas expectativas de "subir com apoio nos brancos". No grupo masculino, a dispersão é maior que no feminino, pois naquele se apontam 34 meios de ascensão, enquanto que neste se discriminam apenas 22. Os meios escolhidos com maior frequência foram: "estudar", no grupo feminino e masculino; "ter competência", no grupo masculino; "unir-se entre si", no grupo masculino; "proceder corretamente", no grupo masculino; "combater o preconceito de raça" ou "contra o negro", em ambos os grupos (30). Em

(28) No apêndice, o leitor encontrará, nas tabelas transcritas nas págs. 225 e 226, a especificação das profissões ideais apontadas pelos inquiridos, com especificação do sexo e da idade.

(29) As graduações fornecidas pelas alternativas e e d foram introduzidas pelos próprios pesquisados. Elas se subordinam à alternativa a, mas restritamente; por isso, preferimos respeitar as opiniões emitidas.

(30) O leitor encontrará no apêndice uma enumeração completa dos meios apontados, tal como foram definidos pelos pesquisados, nas tabelas transcritas nas págs. 225 e 226. Não poderíamos transcrevê-los, por sua extensão, no texto do trabalho.

conjunto, as respostas apresentam grande consistência, inclusive na disparidade que se evidencia entre elas, com os ideais difundidos pelos movimentos sociais que agitaram o "meio negro". Pode-se supor, não há dúvida, que elas traduzem influências anteriores. Mas, o exame dos questionários permitiu identificar as pessoas que sofreram diretamente essa influência, nas associações negras, revelando que constituem um grupo pouco numeroso, em comparação com o número total de depoentes.

Segundo pensamos, êsses dados deixam patente duas coisas. De um lado, que os movimentos sociais que se desenvolveram, ou estão em processo, no "meio negro", nasceram de influxos sociais e não de idiosincrasias de alguns líderes de cor contra os brancos. O fundo cultural e social que os engendrou não sofreu alterações até o presente, e continua a gerar os mesmos sentimentos de insatisfação e de inconformismo no ânimo dos negros e mulatos. De outro lado, que os movimentos sociais do tipo da Frente Negra Brasileira ou da Associação dos Negros Brasileiros, não puderam transformar-se, talvez por causa de sua pequena duração ou da discontinuidade de sua atuação, em instrumentos de integração racional das reivindicações dos negros. Por isso, apesar da importância que alcançaram, em virtude da função social que desempenharam e dos efeitos sociais que produziram no "meio negro", não trouxeram uma contribuição efetiva ao tratamento prático dos problemas sociais que afetam a população de cor da cidade. Não tiveram, sequer, duração suficiente, nem chegaram a dispor de meios culturais adequados à uniformização das reações dos negros e mulatos contra as manifestações da discriminação e do preconceito com base na cor.

## 2) A REAÇÃO LEGAL CONTRA O PRECONCEITO DE CÔR E SUAS REPERCUSSÕES NO MEIO NEGRO:

A extensão da legislação penal às manifestações da discriminação e do preconceito com base na cor foi exigida formalmente, segundo nos esclareceu o sr. Geraldo Campos de Oliveira<sup>(51)</sup>, em um dos congressos negros realizados em São Paulo. Argumentava-se que era necessário um meio jurídico regular, capaz de conduzir a fins práticos o preceito constitucional que proíbe semelhantes manifestações no Brasil. A pressão dos "grupos de cor" não possuía, porém, força suficiente para impelir o Congresso ou o Executivo a tomar medidas dêsse alcance. Seja porque a população negra e mulata não se concentra, em nenhuma região do país, em uma

(51) Na Primeira Convenção Nacional da Frente Negra Brasileira, realizada em São Paulo, no ano de 1945.

organização político-partidária: os seus componentes se distribuem, no contrário, por todos os partidos e participam de tôdas as ideologias políticas, da direita à extrema-esquerda. Seja porque a especulação eleitoral, sob a forma de competição partidária por eleitores ou por votos, não chegou a desenvolver-se a ponto de criar nos partidos existentes um interesse especial pelo "eleitorado de cor". Parece que outros fatores mais profundos agiram nesse sentido, somando-se à pressão exercida pelos movimentos sociais dos negros e aumentando o seu poder persuasivo, pois o Congresso Nacional acabou por tomar a iniciativa de incluir as manifestações do preconceito de cor entre as contravenções penais. É provável que a intensificação do preconceito de cor em alguns Estados sulinos, a inocuidade da proibição contida na Constituição vigente e, em particular, a preocupação de manter os ajustamentos interraciais nos limites da "tradição brasileira", que sempre fez deles, apesar da "mística da branquidade", um assunto de ordem particularista, se coloquem entre os motivos que determinaram a composição da chamada lei contra o preconceito de raça ou de cor.

A referida lei foi sancionada em 1951, tendo entrado em vigor nos começos do segundo semestre. Ela resultou do projeto de lei apresentado por um deputado conservador, o sr. Afonso Arinos de Mello Franco, representante da União Democrática Nacional por Minas Gerais. Na história da República, o texto dessa lei constitui o documento mais importante, até o momento, com referência ao propósito de submeter as relações raciais a uma sanção legal. Por isso, parece conveniente não só transcrevê-lo na íntegra, mas ainda apresentar os argumentos específicos contidos quer na fundamentação do projeto da lei, quer no parecer do deputado incumbido de examiná-lo (sr. Plínio Barreto, representante da União Democrática Nacional por São Paulo). Os argumentos em questão ajudam a compreender as razões que animaram os legisladores a tomar a iniciativa indicada e contribuem para dar um conhecimento mais completo da consciência alcançada pelos brancos cultos a respeito do tratamento dispensado comumente aos negros e aos mulatos escuros.

Na fundamentação da lei, são os seguintes os pontos que merecem ser postos em evidência: a) a proibição das discriminações raciais, contida na Constituição de 1946, em vigor, tem se revelado inócua, do ponto de vista prático; b) a conduta burocrática estimula os particulares, fornecendo exemplos que precisam ser evitados: "é sabido que certas carreiras civis, como o corpo diplomático, estão fechadas aos negros; que a Marinha e a Aeronáutica criam injustificáveis dificuldades ao ingresso de negros nos corpos oficiais e que outras restrições existem em vários setores da administração"; "quando o Estado, por seus agentes, oferece tal exemplo de discriminação

vedada pela Lei Magna, não é de se admirar que estabelecimentos comerciais proibam a entrada de negros em seu recinto"; c) a nova lei deverá ter uma função educativa e prática, ao mesmo tempo, prevenindo possíveis ameaças à paz social: "Nestes termos é que propomos a adoção do projeto: para que a lei dele decorrente sirva como instrumento de transformação da mentalidade racista que se denuncia entre nós, principalmente nas altas esferas sociais e governativas do país, com seguras e graves conseqüências para a paz social futura" (32). No parecer são postos em relêvo dois aspectos importantes, um referente às fontes da discriminação racial, outro relativo ao alcance previsto da medida legal proposta: a) "Se está franqueado a todos o acesso às funções públicas, nem a todos se acha franqueado o acesso a certos círculos sociais. O negro ainda é, para muita gente, um ser inferior, indigno de se acotovelar com o branco e de lhe disputar na sociedade a consideração de seus semelhantes". "Enquanto o branco mantiver a supremacia econômica que lhe veio dos antigos senhores de escravos, e os pretos continuarem, por falta de recursos, a constituir as classes mais pobres, os preconceitos persistirão. Não haverá leis que os destruam. Nunca houve lei alguma que pudesse desarraigar sentimentos profundos e trocar a mentalidade de um povo"; b) o projeto de lei merece parecer favorável, entretanto, porque "algumas manifestações (do preconceito de cor) serão evitadas" (33).

A lei contém, em seu texto, uma enumeração das discriminações que passam a ser formalmente proibidas. As punições estabelecidas sugerem, por sua vez, o grau de gravidade imputado a cada uma delas em particular. A necessidade de transcrevê-lo na íntegra não provém, todavia, somente desses dois fatos. É que a "lei contra o preconceito de raça ou de cor" foi aprovada em um Congresso em que não havia nenhum representante negro, nascendo, além disso, de um projeto apresentado por um dos membros de uma bancada minoritária e de oposição. Isso significa, pelo que se pode presumir, que ela constitui uma formulação adequada dos sentimentos e das idéias dos brancos cultos, pertencentes às camadas dominantes, a respeito da possibilidade, da conveniência e da maneira prática de submeter a controle legal as manifestações do "preconceito de cor". Eis aqui o texto da lei:

Art. 1.º — Constitui contravenção penal, punida nos termos desta lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor.

§ único — Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

(32) *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 18/VII/1950, pág. 5.513.

(33) *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 8/VIII/1950.

Art. 2.º — Recusar a alguém hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr. \$5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr. \$20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Art. 3.º — Recusar a venda de mercadorias em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias ou lugares semelhantes, abertos ao público, onde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas, por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de Cr. \$500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr. \$5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 4.º — Recusar entrada em estabelecimento público, de diversão ou esporte, bem como em salões de barbearias ou cabeleireiros, por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de Cr. \$500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr. \$5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 5.º — Recusar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de três meses a um ano ou multa de Cr. \$500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr. \$5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

§ único — Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquérito regular.

Art. 6.º — Obstar o acesso de alguém a qualquer cargo do funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por preconceito de raça ou de cor. Pena: perda do cargo depois de apurada a responsabilidade em inquérito regular, para o funcionário dirigente de repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos.

Art. 7.º — Negar emprego ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr. \$500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr. \$5.000,00 (cinco mil cruzeiros), no caso de empresa privada; perda do cargo para o responsável pela recusa, no caso de autarquia, sociedade de economia mista e empresa concessionária de serviço público.

Art. 8.º — Nos casos de reincidência, havidos em estabelecimentos particulares, poderá o juiz determinar a pena adicional de suspensão do funcionamento por prazo não superior a três meses.

Art. 9.º — Esta lei entrará em vigor quinze dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

A tentativa de resolver um problema tão complicado por um meio tão simples não deve causar surpresa nem admiração. Nos países latino-americanos, inclusive e especialmente no Brasil, o direito desempenhou no passado e continua a desempenhar no presente uma função muito importante tanto na criação quanto na manutenção da ordem social legítima. Alguns autores pretendem ver nisso uma conseqüência natural do bacharelismo brasileiro e da expectativa popular de que os problemas sociais devem ser resolvidos e regulados pelo Governo. Embora não nos caiba analisar essa questão aqui, a verdade é que o direito possui uma função social criadora nos países novos, como no Brasil; ele se lança adiante das tradições e com freqüência até as contrária, alargando as fron-

teiras da ordem legítima no sentido da legalidade e regulamentando ações sociais emergentes ou em transformação. Em suma, a compulsão jurídica é capaz de opor barreiras e de estabelecer limites às tendências diversificadoras, às vezes mesmo desagregadoras, nascidas da extrema diversidade racial e cultural que a sublinha. Ela contribui da heterogeneidade ponderável como fonte e fundamento de garantias de uniformização da conduta e de conformação das expectativas de comportamento. Com estes argumentos não procuramos insinuar, porém, que a "lei contra o preconceito de raça ou de cor" produzirá os resultados práticos que a justificaram. Apenas sugerimos que, tendo-se em vista as condições de existência em um país novo, como o Brasil, a intervenção do Governo em vários setores da vida social se explica por fatores histórico-sociais.

Quanto à questão da eficácia da lei, nada se pode dizer de positivo por enquanto. A experiência acumulada pelos sociólogos no estudo e no tratamento de problemas sociais, não permite enxergar nela senão uma medida que pretende submeter a um freio formal (jurídico), atitudes e ações sociais cujas manifestações não podem ser reguladas por meios exclusivamente legais. Uma questão tão complexa, como é a das relações entre os negros e os brancos, exige uma estratégia prática diferente, a qual, presume-se, não pode ser estabelecida com base na simples manipulação de disposições jurídicas ao velho estilo liberal. O aproveitamento dos recursos das ciências humanas e dos especialistas no tratamento dos problemas sociais deveria ter constituído o ponto de partida da ação governamental. O Governo dispõe, de fato, de recursos e de meios para iniciar uma política de controle das relações raciais. O que se poderia discutir é a pretensão evidenciada de esperar de uma lei, a qual possui em virtude de sua própria natureza o caráter de experimento, a modificação de uma mentalidade que foi reconhecida, pelo autor do parecer do projeto, como se inspirando em "sentimentos profundos". Enfim, é duvidoso que o próprio aparato coativo do sistema jurídico brasileiro esteja em condições de impedir a burla da lei, ou que possa funcionar com pleno rendimento para os prejudicados pelas manifestações do preconceito de cor.

A lei contra o preconceito de raça ou de cor agitou o "meio negro" de São Paulo. Os jornais deram certa evidência ao assunto, procurando obter depoimentos de personalidades negras. Uma pequena seleção poderá dar uma idéia concreta quanto à diversidade de opiniões emitidas: 1) "Certa ocasião procurei um salão de barbeiro da cidade. Não fui servido, embora vários profissionais se encontrassem desocupados. As desculpas foram as mais diversas. Estava na hora do almoço, fregueses com hora marcada, etc. Compreendi que não ia ser atendido porque sou negro. Hoje, com essa

lei, aquele fato seria crime. Os negros do Brasil estão exultantes. Esta lei é um passo democrático e vem assegurar um lugar ao sol para os de minha raça" (34). 2) "Cada vez que nos aprofundamos mais no estudo da constatação do preconceito de cor em São Paulo, temos a certeza absoluta de que esse fenômeno está bem enraizado em nossa sociedade. Não será com leis coibitórias que se poderá dar solução ao problema. Essa lei virá beneficiar apenas a minoria da população negra do Brasil, que, no caso, é a visada, isto é, a lei visa beneficiar os componentes do grupo que estão em situação cultural e econômica privilegiada mas, a maioria, absoluta quase, ficará sofrendo tôdas as manifestações hostis que lhe são dirigidas" (35). 3) "Nossa situação continua e continuará a mesma. Isto é, continuaremos assistindo e sofrendo, ao mesmo tempo, as conseqüências da discriminação de cor (a racial não existe) que nos impõe parte da sociedade. Não poderemos reagir, não poderemos gritar, ameaçar ou deprender. Se o fizermos, seremos punidos e taxados como comunistas. Nesta terra, infelizmente, os pequenos não têm direitos, e nós, como tal, precisamos sofrer e calar. É sabido e reconhecido que temos nossos direitos, mas estes direitos estão empenhados nas mãos dos algozes do dinheiro. E quem se atreverá a reivindicar estes direitos, se nem as autoridades se atrevem a tanto?" "De agora em diante, mais uma lei dormirá o sono tranqüilo das gavetas. "A lei, ora a lei". Existem tantas outras que não se cumprem. Os senhores acham que esta será cumprida à risca? Nós não acreditamos. Quer experimentar?" "Vá a um grande hotel de S. Paulo, peça um aposento. A recusa não demorará. Grite, esperneie, faça escândalos, reclame um direito que lhe cabe (pelo menos pelos papéis), deprede! Bem... não nos responsabilizamos pelo resto!" (36).

Como se vê, a lei encontrou acolhida favorável no meio negro, mas suscitou algumas reservas ou restrições deveras importantes. A idéia de que ela concede ao negro "um lugar ao sol" se repete em diversas manifestações. Em vários lugares, mesmo, a lei contra o preconceito de raça ou de cor foi recebida pelos negros como um "novo 13 de Maio", sendo comemorada através de reuniões festivas, tanto em certos bairros da capital quanto em localidades do Interior. Contudo, os depoimentos estão pontilhados de atitudes de pessimismo, de desconfiança e de decepção. Parece que a lei não satisfaz os anseios de igualdade de tratamento a que aspiram os negros nas suas relações com os brancos.

(34) "Bem recebida, a Lei contra os Preconceitos. LUGAR AO SOL PARA OS NEGROS DO BRASIL", reportagem publicada pelo *Diário da Noite*, 5/VII/1951; os trechos transcritos correspondem às declarações do sr. Antônio Batista dos Santos. Na mesma reportagem ocorrem outros trechos.

(35) "Respeito ao Negro: Um Problema Econômico", entrevista do sr. Jorge Prado Teixeira, ao *Jornal de Notícias*, 7/VII/1951.

(36) "Sanção da Lei considerando Contravenção Penal toda e qualquer ato de discriminação racial e de cor no Brasil", editorial de *O Novo Horizonte*, Ano 5 n. 54, julho-agosto de 1951, pág. 3. Este jornal é órgão da imprensa negra paulistana.

Grosso modo, é possível distinguir cinco tipos de críticas à lei, por parte das personalidades negras, que se manifestaram sobre o assunto e cujas manifestações nos foi possível ler: a) o Governo devia complementar a sua ação por meios diretos, especialmente de assistência econômica aos negros (esta idéia ocorre em grande número de depoimentos, embora não tenha sido transcrito nenhum deles); b) a lei poderá agravar a situação do negro, atirando sobre ele a atenção ou a desaprovação dos brancos; c) a lei produzirá resultados, mas em escala reduzida, pois poderá ser burlada de várias maneiras; d) a lei não será aplicada, pura e simplesmente, já que não se pode esperar que o branco proceda policialmente contra o branco; e) a lei produzirá certos benefícios, todavia eles só serão usufruídos pelos negros que "subiram" socialmente, que exercem profissões liberais e pertencem às classes médias. Sem dúvida, essas atitudes são incongruentes entre si, o que infelizmente não poderemos analisar aqui. Convém frisar, no entanto, que o tópico b diz respeito à atitude de negros que permanecem identificados com os brancos, os quais temem as conseqüências da lei, em particular no que concerne à continuidade da aceitação dos negros em determinados círculos sociais. As personalidades negras em questão acham que a ascensão econômica e social dos negros, lentamente, os porá em condições de manter um intercâmbio social mais estreito com os brancos. A lei representa, segundo o ponto de vista que sustentam, uma interferência artificial nesse processo, com um grave risco em perspectiva: o de intensificar a hostilidade do branco contra o negro ou, pelo menos, de agitar fatos que deveriam ser mantidos discretamente no olvido.

A sondagem das repercussões da lei não seria completa, todavia, se ficasse confinada àquilo que foi pôsto em relêvo pelos jornais. Por isso, procuramos colher dados que pudessem esclarecer melhor como a "lei contra o preconceito de raça ou de côr" foi recebida no "meio negro" de São Paulo. Através de entrevistas com personalidades negras ou mulatas (tanto os mulatos que se identificam com os brancos, quanto os que se identificam com os negros) e por meio da coleta de depoimentos prestados por personalidades de côr, públicamente, na Comissão de Estudo das Relações Raciais entre Brancos e Negros em São Paulo que organizamos para realizar as nossas pesquisas, com a colaboração direta e ativa dos elementos negros, conseguimos reunir indicações que permitem estabelecer uma espécie de quadro geral das reações provocadas pela referida lei. Naturalmente, as opiniões emitidas pelos informantes não poderão ser transcritas, pois isso exigiria muito espaço. Contudo, a exposição analítica das atitudes que se repetem com relativa frequência e congruência dá ensejo a que o leitor seja informado de uma maneira completa, ainda que menos satisfatória.

Diversos argumentos foram utilizados pelas pessoas entrevistadas na apreciação da lei. Uns sentem que a lei é boa, porque extingue o preconceito para sempre, proibindo-o e punindo-o taxativamente. Outros acham que ela é boa, não porque ponha um paradeiro à atual situação, mas porque desvenda a realidade, mostrando que o preconceito de côr não é uma criação fictícia dos negros. Nesse sentido, qualificaram-na como "um reconhecimento oficial" da existência do preconceito contra o negro, no Brasil. Ao lado dessas atitudes extremas, verificamos que a explicação da conveniência ou da oportunidade da lei compreende argumentos muito mais complicados, como sugerem as seguintes explanações: 1) A lei é boa, porque favorece os negros, obrigando os brancos a comportar-se de certa maneira para com eles, e porque lhes dá a possibilidade de processar as pessoas que os desrespeitem, em seus direitos ou em sua dignidade, o que era absolutamente impossível antes. O informante salientou, entretanto, que não está absolutamente de acôrdo com os companheiros que enxergam nela um "novo 13 de Maio". 2) A lei "será" boa, se for aplicada. A proibição do preconceito já existia na Constituição, como "letra morta". Daí, a lei "será" boa, se não degenerar, logo no começo, "em letra morta". Entre os entrevistados que defenderam essa idéia, dois ajuntaram o seguinte: a) os negros devem aproveitar a lei, ainda que ela seja uma simples "sombra" do que o Governo deveria fazer; b) os negros que "podem" terão, de agora em diante, o acesso garantido aos lugares que lhes eram vedados pelos brancos. 3) a lei é boa, porque "impede" a situação existente em São Paulo: os estrangeiros que chegaram aqui na miséria conseguiram enriquecer e não deixam mais ninguém se beneficiar com as oportunidades nascidas do desenvolvimento econômico de São Paulo, exceptuando-se os seus parentes e compatriotas. Com isso, eles criam a segregação do negro. A lei "evita" que isso venha a consumir-se no futuro. 4) a lei é boa, porque possui o caráter de intervenção do Governo nos problemas do negro brasileiro. Ela constitui a primeira providência tomada até o presente, como medida destinada a favorecer os negros e os mulatos contra os brancos. Os que pensam que "ela não presta" e "precisa ser jogada fora" estão errados. Nas circunstâncias atuais, a lei protege os negros e poderá desempenhar profundas influências educativas. Antes o negro deixava de ir a uma porção de lugares e de fazer uma porção de coisas, de medo de ser desfeito. O branco se acostumou com a ausência do negro e perdeu a possibilidade de conhecê-lo concretamente. A lei dá tais garantias jurídicas aos negros, que quebra o seu "medo" do branco. Surgem assim as condições necessárias a um contacto mais íntimo entre os brancos e os negros, o qual poderá facilitar o conhecimento

das qualidades humanas dos segundos pelos primeiros e, por conseguinte, melhorar a sua aceitação social.

As mesmas pessoas fazem restrições à lei, sendo que algumas pensam pura e simplesmente que a lei "não adianta nada", porque não será aplicada. As apreciações refletidas variam consideravelmente, como se verificará pela seguinte enumeração de opiniões:

- 1) A lei devia ser precedida por uma campanha educativa e de preparação psicológica dos negros, em geral, e dos comerciantes brancos, em particular. O Governo podia fazer isso pelos jornais, pelo rádio, pelas escolas, etc. Da forma por que agiu, ele é culpado de não ter levado aos negros os ensinamentos necessários para que pudessem eles aproveitar a lei e utilizá-la em benefício próprio.
- 2) A lei servirá aos interesses de alguns negros, sem contudo favorecer a coletividade negra como um todo. Os negros gráfinos, que desejavam freqüentar hotéis de luxo, ficaram exultantes. Em contraste, os negros humildes "estão na mesma". Continuam econômica e moralmente largados a si mesmos, sem recursos para libertar-se do nível extremamente baixo de vida que levam ou para conjurar os seus dramas cotidianos, como o da "mãe solteira", o "abandono dos filhos", etc. O Governo devia fazer algo concreto, que beneficiasse a massa dos negros, iniciando uma política de "aproveitamento da prata da casa", intervindo seriamente na melhoria de sua situação econômica e na sua educação.
- 3) A lei não presta, porque é vaga e incompleta. Ela não obriga os industriais, os comerciantes e os banqueiros a dar emprego aos candidatos negros, desde que sejam qualificados.
- 4) A lei possui um defeito capital: ela põe o preconceito de cor em evidência. Este era como "cinza no borralho". Ninguém tinha consciência nítida de sua existência e de suas conseqüências, os brancos particularmente. A lei chamou a atenção para o fato; e de tal maneira, que muitos brancos não vão gostar de ver-se compelidos a aceitar o negro. Doutra lado, o "aspecto moral" da lei não é satisfatório. Seria bem agradável que o negro fôsse tratado como ser humano pelo branco, desde que este fôsse movido por sentimentos reais de respeito e de afeição pelo negro. A presença da lei inverte esta ordem: o branco passará a agir como o indivíduo que deixa de pecar porque tem medo do inferno, e não porque acredita em Deus.
- 5) O Governo não devia promulgar uma lei como esta. Em vez de proteger o negro indiscriminadamente, devia aprender os negros que "envergonham a gente" e que "desmoralizam a raça". Além dessas atitudes, alguns temores foram expressos, notadamente: a) como a lei foi promulgada de improviso, sem nenhuma preparação prévia dos negros e dos mulatos, eles poderão comportar-se de modo inconveniente, aumentando o preconceito ou provocando-o onde não existia antes; b) a lei não pode ignorar as diferenças sociais das pessoas. Há lugares em que o negro não

pode ser admitido, mesmo quando tem dinheiro para "pagar". O entrevistado salientou: "cada um deve ser aceito de acordo com o lugar que ocupa". O mal da lei estaria em criar uma falsa sensação de igualdade, levando ao negro a idéia de que poderá, daqui por diante, introduzir-se onde bem entender.

Os depoimentos colhidos na Comissão de Estudo das Relações Raciais entre Brancos e Negros em São Paulo contêm argumentos a favor e contra a lei, que podem ser agrupados de maneira consistente em termos do grau de aceitação ou de rejeição da ordem social vigente na sociedade brasileira, demonstrado pelos depoentes. Três atitudes se evidenciaram com nitidez: 1) atitude moderada, segundo a qual o preconceito de cor constitui um problema social cuja solução na ordem social contemporânea é possível e deve ser esperada; 2) atitude radical, segundo a qual o preconceito de cor só desaparecerá com a supressão da ordem social existente; 3) atitude pessimista, segundo a qual a ordem social vigente é ruim, do ponto de vista das relações raciais, mas não adianta esperar modificações para melhor, venham elas de iniciativas do negro ou do branco.

Os argumentos apresentados pelos que defenderam o primeiro ponto de vista podem ser sintetizados da seguinte maneira: o negro luta desde 1928 para obter um instrumento legal, que lhe permita enfrentar com êxito as manifestações do preconceito de cor. Essa lei representa a conquista desse instrumento, o qual chega precisamente em um momento oportuno, pois o negro brasileiro não está mais na mesma situação que em 1888 (data da Abolição). Econômica e intelectualmente, se encontra em diversas regiões em condições compatíveis com o aproveitamento da lei, o que deve fazer de acordo com a própria capacidade e posição social. A lei deve ser respeitada e acatada, portanto, como algo capaz de favorecer os negros nas relações com os brancos. Por sua vez, ela é obrigatória e geral, não se devendo duvidar de que será posta em vigor pela Justiça do país. O que o negro precisa é aprender a usar a lei: a) para utilizá-la dentro dos limites estabelecidos; b) para não criar embaraços ou conflitos nas relações com os brancos, em virtude de uma interpretação inadequada dos direitos por ela conferidos. Os conhecimentos relativos ao modo de usar a lei podem ser transmitidos por meio das entidades negras, que assim contribuiriam construtivamente para a elevação social do negro. Doutra lado, o negro brasileiro não está na mesma situação que o negro norte-americano. Aqui ele tem direito a tudo, como o branco, compartilhando com este, em termos de igualdade, das garantias concedidas aos cidadãos. Todavia, o negro depende do branco, não pode separar-se dele ou lutar contra ele. Essa lei terá um grande alcance moral e educativo, porque é um passo na direção da associação das raças.



Forçando os brancos a aceitar os negros coercitivamente, a lei cria condições para um conhecimento recíproco e uma colaboração mais íntima entre as duas raças.

Os argumentos formulados pelos que defendem o segundo ponto de vista podem ser resumidos da seguinte forma: a lei não é uma manifestação de boa vontade dos brancos ou dos partidos liberais, mas um "produto lógico" das reivindicações e dos movimentos organizados por entidades negras. Fôram estas que exigiram a transformação da proibição contida na Constituição vigente em lei ordinária. Todavia, a lei surge em condições que a tornam viciada e perigosa. Primeiro, ela poderá não ser aplicada aos transgressores que pertencem às classes dominantes. Há várias maneiras de solapar os dispositivos da lei impunemente. Segundo, ela foi feita com fins eleitorais, para beneficiar determinado partido em eleições futuras. Terceiro, ela visa esmorecer o negro em suas lutas contra o preconceito de cor e arrefecer suas reivindicações sociais. A lei traz consigo, não obstante, algumas vantagens. Por isso, deve ser aproveitada pelos negros, com a necessária cautela. Feita no terreno democrático, oferece oportunidades que o negro brasileiro deve explorar, sem contudo fazer concessões na luta contra o preconceito de cor, que se identifica para ele com a própria luta por melhor nível de vida e por mais amplos direitos políticos e sociais. No fundo, porém, a função da lei não consiste apenas em punir, mas em educar. Somente com a transformação da atual estrutura da sociedade brasileira, no sentido da democracia social, é que os direitos humanos serão distribuídos igualmente, produzindo o desaparecimento do preconceito de cor e a modificação concomitante da mentalidade dos brancos.

Os argumentos defendidos pelos que se identificam com o terceiro ponto de vista podem ser reduzidos ao seguinte: "Quem faz a lei, faz a malícia", de tal modo que a lei enreda os fracos e fortalece os poderosos. Ora, essa lei é pouco sincera. Vem de um partido reacionário, cujos líderes têm ostentado atitudes desfavoráveis aos negros. Na verdade, ela não foi feita para resolver os problemas do negro brasileiro. Nota-se que ela surgiu depois de um escândalo que envolveu uma bailarina negra norte-americana, de grande renome. Ela pretende, portanto, salvar as aparências, de maneira a evitar possíveis repercussões de fatos dessa ordem no estrangeiro. Enquanto o negro turista encontra nela uma garantia, o negro aborígene não se vê protegido em nenhum dos seus direitos fundamentais. Primeiro, porque "o brasileiro é mole no cumprimento da lei" e porque "lei para negro é para nunca ser cumprida". Segundo, porque os brancos podem alegar outras razões para recusar ou rejeitar os negros. Não precisam dizer que a cor está envolvida em suas ações ou deliberações. Em todo caso, seria conveniente, já que a

lei foi promulgada, que ela fôsse regulamentada, para que desse os diminutos frutos que dela se podem esperar.

A essas atitudes, seria possível acrescentar duas outras: uma de caráter técnico, outra com fundamento estrito na consciência racial da situação do negro em São Paulo. Quanto à primeira, foi salientado por um dos participantes de uma das reuniões da Comissão, que a formação jurídica da prova consiste algo extremamente difícil em processos desse gênero. Daí a quase inocuidade da lei. Quanto à segunda, convém mencionar o fato de algumas personalidades de cor possuírem uma consciência predominantemente racial do problema. Para elas, a lei é insatisfatória, pois se apresenta como uma medida unilateral e sem nenhum conteúdo prático. Ainda assim, é uma proteção ou apoio a mais na luta do negro contra a discriminação racial e o preconceito de cor, devendo ser explorada concretamente até onde for possível. Ela poderá ajudar o negro a "forçar a situação", obrigando os brancos a conceder-lhes o tratamento dispensado a seus iguais em diversas circunstâncias e a distingui-los com o lugar que devem ocupar na sociedade brasileira. Além de constituir um reconhecimento explícito da existência do preconceito de cor no Brasil e do caráter pernicioso de suas conseqüências sociais para os negros, a lei representa no plano imediato um ponto de partida para novas reivindicações.

Pondo de lado outras questões, que poderiam ser examinadas sociologicamente com base no material recolhido, verifica-se pelos dados expostos que as reações à promulgação da lei, no "meio negro" de São Paulo, não foram uniformes. Os informantes ouvidos diretamente, seja através de entrevistas ou da participação dos debates que se abriram na Comissão de Estudo das Relações Raciais, não só emitiram opiniões que se distinguem entre si, mas ainda demonstram que reagiram à lei contra o preconceito de raça ou de cor de forma ambivalente. Mesmo as pessoas que defendem a lei e que acham que ela será de grande utilidade para os negros admitem ou que as providências legais são insuficientes, ou que elas podem ser burladas de várias maneiras, não representando por isso uma garantia suficiente nas relações com os brancos que têm preconceito. Ambas as coisas se explicam, porém, quando vistas em termos da situação de contacto.

A variação de opiniões ou, em outras palavras, a flutuação de atitudes, nasce da própria heterogeneidade da população negra e mestiça. Os negros que subiram na escala social e os mulatos (principalmente os mulatos claros) tendem a enxergar na lei uma ameaça à própria situação social. Por isso, temem que ela conduza a

excessos, que desmoralizem os negros perante os brancos, criticam o Governo por não ter cuidado da preparação psicológica do branco e do negro ou por conferir direitos de maneira tão imprecisa, e insistem na necessidade da educação do negro para o aproveitamento "conveniente" das garantias proporcionadas pela nova lei. Em síntese, o preconceito de cor não atinge de maneira uniforme todas as pessoas negras e mulatas. Não existem, portanto, condições para que todos sintam de forma semelhante os efeitos das manifestações da discriminação e do preconceito com base na cor. A ambivalência de atitudes tem uma raiz mais complexa, o que não impede que se indique aqui um de seus fatores imediatos: o ressentimento criado pelo preconceito de cor. Ninguém gosta de falar do preconceito de cor livremente, nem os brancos nem os negros, como já vimos. É presumível que a alegria causada nas pessoas de cor pela inovação (introdução de legislação antidiscriminatória no país) provocou sentimentos contrários, de temor, insatisfação e talvez mesmo de vergonha ou de humilhação, por terem que admitir uma situação de inferioridade. Além disso, no que concerne às expectativas polarizadas em torno da futura aplicação da lei e a seus efeitos, parece que as decepções se originaram da orientação tomada pelo Governo, que se limitou a proibir manifestações do preconceito de cor que não atingem de forma considerável senão os negros e os mulatos da classe média, em vez de atacar os problemas cruciais das populações negras concentradas nas zonas urbanas.

## APÊNDICE

### O QUE OS NEGROS DEVEM TER OU FAZER PARA OCUPAR OS CARGOS QUE SÔMENTE SÃO CONCEDIDOS AOS BRANCOS E PARA CONSEGUIR MAIORES OPORTUNIDADES DE ACESSO SOCIAL E ECONÔMICO

(CONFORME OPINIÃO DAS MULHERES)

Meios apontados	IDADES										Total
	16-20	21-25	26-30	31-35	36-40	41-45	46-50	51-55	56-60	61-65	
1 - Estudar	9	8	12	4	6	2	4	2	—	1	48
2 - Combater o preconceito de raça	2	6	4	—	1	—	—	—	—	—	14
3 - Lutar	—	2	1	2	4	—	—	—	1	—	9
4 - Força de vontade	2	1	2	—	2	—	—	—	—	—	8
5 - Ser direito e distinto	2	3	—	—	—	—	—	—	1	—	6
6a - Boa aparência	1	2	—	—	—	—	1	1	—	—	5
6b - Procurar apoio ou proteção junto a pessoas influentes	1	—	2	—	1	—	1	—	—	—	5
6c - Trabalhar	—	—	1	—	1	2	1	—	—	—	5
7a - Persistir	2	1	1	—	1	1	—	—	—	—	5
7b - Unir-se	1	1	1	—	—	—	—	—	1	—	4
8a - Campanha pela imprensa	—	—	4	—	—	—	—	—	—	—	4
8b - Progredir	1	—	—	—	—	2	—	—	—	—	3
9a - Agir igual aos brancos	—	2	—	—	—	—	1	—	—	1	3
9b - Assistência social aos negros	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	2
9c - Forçar a aceitação do negro pelo branco	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2
9d - Igualar o branco em capacidade	—	—	1	—	—	—	—	1	—	—	2
9e - Igualar o padrão de vida dos brancos	—	1	—	—	1	—	—	—	—	—	2
9f - Recorrer à autoridade	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	2
10a - Falar bem	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1
10b - Melhor comportamento por parte dos negros	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1
10c - Não perder as esperanças	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1
Total	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	154

N. B.: As tabelas seguintes foram elaboradas, com dados recolhidos pelos autores, através da aplicação de questionários.

O QUE OS NEGROS DEVEM TER OU FAZER PARA OCUPAR OS  
CARGOS QUE SÔMENTE SÃO CONCEDIDOS AOS BRANCOS E  
PARA CONSEGUIR MAIORES OPORTUNIDADES  
DE ACESSO ECONÔMICO

(CONFORME OPINIÃO DOS HOMENS)

Meios apontados	I D A D E S													Total
	15	16-20	21-25	26-30	31-35	36-40	41-45	46-50	51-55	56-60	61-65	66-70	71-75	
	Assistência Social do Governo ...	—	—	—	—	—	2	—	2	—	—	—	—	
Boa aparência ...	—	—	2	1	1	—	1	—	—	—	—	—	—	5
Captar a simpatia dos brancos ...	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Combater o preconceito contra o negro	—	2	5	6	2	1	—	1	—	—	—	—	—	15
Combater o preconceito no meio negro	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Conseguir a consideração dos brancos	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Cumprir as obrigações	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Dispor dos "documentos" ...	—	1	2	3	3	—	—	1	1	2	—	—	—	11
Esforçar-se	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1
Elegêr-se pelo voto	—	—	1	1	—	—	—	1	—	—	—	—	—	3
Elevar o nível de vida	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Especializar-se	—	9	22	19	15	7	8	9	1	1	1	—	—	92
Estudar	—	1	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3
Fazer amizades sinceras	—	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3
Fazer relações	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Frequentar boas sociedades	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2
Ganhar mais	—	1	3	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	6
Igualar o branco em capacidade	—	—	2	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	3
Impor-se	—	1	1	1	—	1	1	—	—	—	—	—	—	5
Lutar	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	2
Lutar por justiça	—	2	3	2	1	—	1	—	1	—	—	—	—	10
Mostrar valor	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
"Nado"	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Não beber	—	—	2	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—	4
Obter a cooperação de todos	—	—	1	4	4	1	2	1	—	1	—	—	—	14
Obter proteção	—	1	3	3	1	—	1	1	—	1	—	—	—	11
Parasitar	—	1	3	3	1	6	2	1	—	—	—	—	—	17
Proceder corretamente	1	2	3	1	6	2	1	—	—	1	—	—	—	17
Propaganda pela imprensa, revistas e rádio	—	—	1	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	4
Recorrer à autoridade	—	—	3	2	1	1	—	1	—	—	—	—	—	7
Revelar senso de responsabilidade	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ter competência	—	3	15	5	10	4	8	5	—	3	—	—	—	51
Trabalhar	—	1	—	—	1	2	—	—	—	—	—	—	—	4
Unir-se entre si	—	2	3	3	3	2	3	2	1	2	—	—	—	22
TOTAL	1	28	75	60	58	26	27	26	4	12	1	2	—	301

PROFISSÕES IDEAIS: INDICADAS PELAS MULHERES

Profissões	I D A D E S											TOTAL		
	16-20	21-25	26-30	31-35	36-40	41-45	46-50	51-55	56-60	61-65	66-70			
Advogada	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2
Azuradeira	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1
Artista (inclusive de rádio)	1	1	1	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5
Bondadeira	1	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3
Cantora	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2
Chauffeuse	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Comerciante	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	2
Comerciante	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2
Costureira	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2
Costureira	7	9	10	2	6	2	—	—	—	1	—	—	—	37
Cosmeleira	—	—	1	—	1	1	1	—	—	1	—	—	—	5
Dactilógrafa	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Docente	—	—	1	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	2
Empregada doméstica	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1
Enfermeira	3	1	1	—	1	2	—	—	—	1	—	—	—	9
Funcionária pública (Servente)	1	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	4
Guarda-livros	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Lavadeira	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Operária	—	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3
Parteira	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Pianista	1	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3
Pintora	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1
Professora	—	1	1	—	5	—	—	—	—	—	—	—	—	7
Profissões liberais (sic)	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Serviços domésticos por dia	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Serviços de Escritório	5	9	10	2	6	2	—	—	—	—	—	1	—	39
Tiloteira	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Violinista	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
TOTAL	26	30	33	10	21	9	4	1	4	1	4	1	—	159

QUADRO DAS PROFISSÕES IDEAIS: INDICADAS  
PELOS HOMENS

Profissões indicadas	I D A D E S											TOTAL
	15	16-20	21-25	26-30	31-35	36-40	41-45	46-50	51-55	56-60	61-65	
Administrador de fazenda	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1
Advogado	—	1	2	2	—	—	—	1	1	—	—	—
Alfaiate	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Auxiliar de escritório	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Aviador	—	2	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Bombar	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—
Cantor	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Carpinteiro	—	1	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—
Comerciante	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—	—	—
Comerciante	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—
Comerciante	—	1	2	1	2	—	—	2	—	—	—	1
Compositor	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Contador	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Corretor	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Dactilógrafo	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Dactiloscopia	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Dentista	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Desenhista	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Eletricista	—	3	1	2	2	—	—	1	—	—	—	—
Encanador	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Enfermeiro	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Engenheiro	—	1	1	2	1	—	—	1	—	—	—	—
Engenheiro-mecânico	—	—	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—
Entalhador de madeira	—	—	1	1	—	—	2	—	—	—	—	—
Escritor	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—
"Estrada"	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Farmacêutico	—	—	—	—	1	—	—	1	—	1	—	—
Ferreiro	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—
Fogista	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Fotógrafo	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—
Funcionário público	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Horticultor	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—
Inspector de polícia	—	—	—	1	—	1	—	—	—	1	—	—
Jogador de futebol	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Lustrador de móveis	—	1	5	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Mestre	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1	—	—
Marceneiro	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Marinheiro	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Mecânico	—	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Médico	1	1	11	5	1	1	2	2	—	—	—	24
Motorista	—	2	2	2	—	—	1	—	—	—	—	9
Músico	—	3	10	7	4	3	1	—	—	—	—	28
Pastor protestante	—	—	—	1	1	1	—	1	—	—	—	4
Pedreiro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pintor	—	—	1	1	1	—	—	—	—	—	—	4
Político	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	1
Pracista	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Professor	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Químico	—	1	1	—	1	—	—	—	—	—	—	3
Sacerdote	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	2
Sapateiro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1
Selheiro	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1
Serviços de escritório	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1
Soldador	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	2
Técnica de rádio	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1
Tipógrafo	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1
Torneiro	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1
Vigia	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>28</b>	<b>47</b>	<b>38</b>	<b>23</b>	<b>16</b>	<b>8</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>103</b>